



# A Comissão Revista

Balço das atividades da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público - 2017

revolução tecnológica

**Desafios para  
retomada da  
industrialização  
do Brasil**

lgbtphobia e racismo

**Preconceito e  
oportunidade  
no mundo do  
trabalho**

# TRABALHO EM TEMPO DE CRISE

**DEFENDER O EMPREGO  
PARA GARANTIR A  
DIGNIDADE HUMANA**

Comissão de  
Trabalho, de Administração  
e Serviço Público



CTASP



2017

28

Audiências públicas

Realizadas

Comissão de  
Trabalho, de Administração  
e Serviço Público



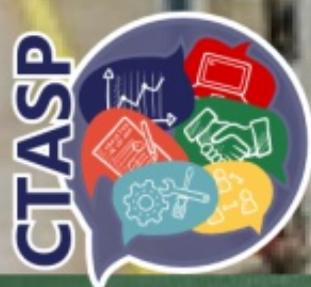
Comissão de  
Trabalho, de Administração  
e Serviço Público



CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

# Seminário DESAFIOS para a REINDUSTRIALIZAÇÃO NACIONAL

Um debate urgente!



| 7.Nov.2017  
[bit.ly/comtrabalho](http://bit.ly/comtrabalho)

Apoio institucional:



Confederação Nacional da Indústria

**CTASP em Revista** - Balanço das atividades da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público em 2017

## **Mesa da Câmara dos Deputados**

55ª Legislatura  
3ª Sessão Legislativa

**Presidente**  
Rodrigo Maia

**1º Vice-Presidente**  
Fábio Ramalho

**2º Vice-Presidente**  
André Fufuca

**1º Secretário**  
Giacobo

**2ª Secretária**  
Mariana Carvalho

**3º Secretário**  
JHC

**4º Secretário**  
Rômulo Gouveia

## **Suplentes de Secretários**

**1º Suplente**  
Dagoberto Nogueira

**2º Suplente**  
César Halum

**3º Suplente**  
Pedro Uczai

**4º Suplente**  
Carlos Manato



*dep. Orlando Silva, com dep. Wolney Queiroz, toma posse como presidente da Comissão / foto: Richard Silva - PCdoB na Câmara*

## **Quadro Técnico da Comissão - 2017**

**Secretário da Comissão**  
Fredo Ebling Júnior

### **Equipe de apoio técnico e administrativo**

Adiel Lopes Dos Santos  
Aldenir Aurea Da Silva  
Ana Maria Prestes  
Ana Paula Ramalho  
Andre Luis Rodrigues Correa Pinto  
Gabriela Körössy  
Gisele Villas Boas  
Federico Vázquez  
Marcelo Augusto da Silva  
Marilene Oliveira Braule  
Neliedja Rocha Lima  
Rui Alexandre Barbachan

**Estagiária de Comunicação**  
Lis Gabriela Cappi

**Adolescentes**  
Adrian Sobrinho  
Daniel Vieira

# membros

**Presidente:** Orlando Silva (PCdoB/SP)  
**1º Vice-Presidente:** Wolney Queiroz (PDT/PE)  
**2º Vice-Presidente:** Gorete Pereira (PR/CE)  
**3º Vice-Presidente:** Leonardo Monteiro (PT/MG)

## **Titulares**

André Figueiredo PDT/CE  
Assis Melo PCdoB/RS  
Bebeto PSB/BA  
Bohn Gass PT/RS  
Daniel Almeida PCdoB/BA  
Erika Kokay PT/DF  
Fábio Mitidieri PSD/SE  
Flávia Morais PDT/GO  
Gorete Pereira PR/CE  
Jovair Arantes PTB/GO  
Jozi Araújo PODE/AP  
Leonardo Monteiro PT/MG  
Marcelo Castro PMDB/PI  
Marcus Vicente PP/ES  
Orlando Silva PCdoB/SP  
Paulo Pereira da Silva SD/SP  
Roberto de Lucena PV/SP  
Rôney Nemer PP/DF  
Sílvio Costa AVANTE/PE  
Vicentinho PT/SP  
Walney Rocha PEN/RJ  
Wolney Queiroz PDT/PE

## **Suplentes**

Alex Canziani PTB/PR  
Alice Portugal PCdoB/BA  
Augusto Coutinho SD/PE  
Benjamin Maranhão SD/PB  
Cabo Sabino PR/CE  
Capitão Augusto PR/SP  
Daniel Vilela PMDB/GO  
Erivelton Santana PEN/BA  
Felipe Bornier PROS/RJ  
Jô Moraes PCdoB/MG  
Jorge Côrte Real PTB/PE  
José Otávio Germano PP/RS  
Laercio Oliveira SD/SE  
Lelo Coimbra PMDB/ES  
Lucas Vergilio SD/GO  
Luiz Carlos Ramos PODE/RJ  
Marcelo Aguiar DEM/SP  
Marcon PT/RS  
Nelson Pellegrino PT/BA  
Rogério Marinho PSDB/RN  
Sabino Castelo Branco PTB/AM  
Sâguas Moraes PT/MT  
Valmir Prascidelli PT/SP  
Vicentinho Júnior PR/TO  
Waldir Maranhão AVANTE/MA



# apresentação

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público - CATSP, criada em 1936, faz parte de um rol de 25 colegiados formados por parlamentares de todos os partidos que integram a 55ª Legislatura da Câmara dos Deputados. A CTASP trata dos temas que atingem trabalhadores urbanos, rurais e do serviço público federal, além de outros assuntos que competem à Administração Pública. Oferece parecer sobre Projetos de Lei, Projetos de Lei Complementares, Decretos e realiza eventos, como Seminários e Audiências Públicas, que têm o objetivo de ampliar as discussões sobre determinados temas e aumentar a participação da sociedade civil.

Para o ano de 2017 a Comissão, sob liderança do seu presidente e vices, colocou-se o desafio de contribuir de forma mais ativa e ampla na divulgação e propagação dos trabalhos do colegiado, que tratou de temas sensíveis às trabalhadoras e aos trabalhadores que tiveram suas carreiras regulamentadas, sobre temas que valorizaram o serviço e os servidores públicos, assim como enfrentou temas sensíveis à cidadania como a questão do trabalho escravo.

Neste período a comissão entregou um volume importante de trabalho. Desde a eleição da nova mesa diretora e início dos trabalhos, em 5 de abril de 2017, 87 publicações oficiais foram publicadas, entre elas matérias com notícias sobre aprovações das reuniões deliberativas, matérias sobre eventos realizados na Comissão, notas para divulgação e convites para audiências públicas e seminários. Foram produzidas, para cada um dos eventos, artes específicas para divulgação nas redes sociais e celulares, totalizando 28 peças gráficas.

Como resultado desse trabalho, alcançou-se um maior número de acesso aos portais da comissão e uma ampla repercussão dos trabalhos da CTASP para além de veículos institucionais. Em 2017, foram 60.107 visualizações no site oficial e mais de 40 notícias, sobre as atividades realizadas, repercutidas em outros veículos de todo o país.

Assim, esta revista chega em suas mãos, tendo por objetivo, de forma leve e linguagem atual, apresentar os trabalhos realizados pelos parlamentares da Comissão durante o ano de 2017, trazendo resultados, análises e reflexões que estiveram presentes durante esse período.

Boa leitura,

*Equipe Ascom.CTASP 2017*

# sumário

Editorial.....	7
Sobre a Comissão.....	8
Trabalho.....	9
Administração.....	16
Serviço Público.....	26
LGBTfobia e Racismo no mundo do trabalho.....	31
Orçamento.....	34
Desafios de reindustrialização nacional.....	35
Desafios para o legislativo.....	39
Projetos aprovados.....	40

*Acompanhe a CTASP nas redes:*

*<https://www.facebook.com/CTASP>*

*<https://twitter.com/ctasp>*

## expediente

**Diretoria Legislativa**

**Diretor:** Afrisio De Souza Vieira Lima Filho

**Centro de Documentação e Informação**

**Diretor:** André Freire Da Silva

**Coordenação Edições Câmara**

**Diretora:** Ana Lígia Mendes

**Departamento de Comissões**

**Diretora:** Aparecida De Moura Andrade

**Projeto Gráfico:** Federico Vázquez

**Textos:** Lis Gabriela Cappi e Flávia Gianini

**Seleção de Imagens:** Federico Vázquez e Lis Gabriela Cappi

**Editoração:** Federico Vázquez

**Revisão:** Neliedja Lima, Federico Vázquez e Flávia Gianini

**Capa:** Federico Vázquez



## A luta pela valorização do trabalho em tempos de crise

A Câmara dos Deputados teve uma agenda intensa no último ano, período turbulento da história brasileira. A crise política se agravou e os ânimos do país se acirraram, o que, naturalmente, transbordou para a Câmara em disputas renhidas entre governistas e opositoristas. A agenda legislativa também foi ocupada por denúncias envolvendo agentes políticos e por conflitos entre os poderes da República, causando turbulências no funcionamento da Casa.

Com a economia atravessando a maior crise de nossa história, uma extensa pauta afeita aos setores econômicos foi apresentada pelo governo à Câmara, levando a disputas e resistência dos trabalhadores pela manutenção dos seus direitos. Nesse contexto, a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) procurou atuar de maneira equilibrada, contribuindo para o desafio de retomada do crescimento e da geração de empregos, sem abrir mão de salvaguardar os direitos e garantias dos trabalhadores.

Procuramos fazer com que os temas fossem debatidos na Comissão, dando protagonismo para entidades sindicais e especialistas nas questões do mundo do trabalho, mesmo quando as matérias tiveram trâmite parlamentar específico. A aprovação da reforma trabalhista, que tramitou por comissão especial, trouxe muitas e profundas mudanças na legislação, gerando justificada reação por parte dos trabalhadores e entidades sindicais. Foi um grave erro que uma matéria dessa natureza tenha suprimido etapas de discussão e sido aprovada à toque de caixa. À frente da CTASP, somei esforços na luta contra a reforma e pela manutenção das conquistas garantidas pela CLT.

Após amplo debate na Comissão e da construção feita em conjunto com a base do governo, o projeto de lei que estabelece normas gerais para a negociação coletiva na administração pública foi aprovado pelo Congresso Nacional. Entretanto, o avanço institucional alcançado, que foi perseguido desde a Constituição de 1988 e apoiado pela Organização Internacional do

Trabalho (OIT), foi vetado integralmente pelo Executivo.

Também temos procurado enfrentar temas importantes, mas que sempre ficaram em segundo plano nas discussões, como a LGBTfobia e o racismo no mercado de trabalho, questões que foram debatidas em audiência pública promovida pela Comissão. O combate ao trabalho escravo, tema essencial num país como o Brasil, também tem sido uma preocupação constante. A medida que cancela os CNPJs de empresas flagradas utilizando essa mão de obra foi um passo importante, assim como a enfática crítica à tentativa de flexibilização da legislação brasileira sobre o tema, ambas feitas pela CTASP.

Outra pauta urgente que nos debruçamos é a necessidade de impulsionar a reindustrialização do país. Realizamos um seminário com especialistas do segmento. É provado que empregos de melhor qualidade são principalmente ligados à indústria, mas este setor tem diminuído drasticamente sua participação no PIB brasileiro. O Brasil precisa ter uma política industrial ativa, que assegure os interesses nacionais, notadamente nos setores estratégicos da economia, e incentive os investimentos em ciência e tecnologia de ponta, incrementando o dinamismo e a competitividade.

A crise econômica ceifou milhões de empregos e trouxe desalento para enormes contingentes do povo. A retomada do crescimento, a geração de empregos de qualidade, a garantia de direitos e a distribuição de renda são as verdadeiras urgências nacionais entorno das quais devemos nos unir. A Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público deve ser uma trincheira desse bom combate.

**Orlando Silva é deputado por São Paulo e Presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.**  
::dep.orlandosilva@camara.leg.br

# O que é a Comissão de Trabalho?

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) é uma das 25 Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados e uma das mais antigas da Casa, tendo a data de início em 1936, na época identificada por Comissão de Legislação Social. Abrangendo os três eixos de atuação: Trabalho, Administração e Serviço Público, os trabalhos ocorrem desde 2004.

É composta por 22 membros titulares e também 26 suplentes, e dá o parecer sobre temas que modificam a atividade de trabalhadores urbanos, rurais e do serviço público federal. Além de outros assuntos que competem à Administração Pública.

Para isso, discute e aprova Projetos de Lei, Projetos de Lei Complementares e Decretos. E

promove eventos, como Seminários e Audiências Públicas, que têm o objetivo de ampliar as discussões e aumentar a participação da sociedade civil.

Além dos temas citados, oferece parecer principalmente sobre:

- direitos em acidentes de trabalho;
- contratos individuais e convenções coletivas de trabalho;
- trabalho do menor de idade, da mulher e do estrangeiro, assim como políticas salariais;
- políticas de emprego e de aprendizagem e treinamento profissional;
- regulamentação de profissões.
- regime jurídico dos servidores públicos civis e militares, ativos e inativos;

## LINHA DO TEMPO

Comissão de  
Trabalho, de Administração  
e Serviço Público



**1936** - Comissão de Legislação Social: cuidava dos assuntos relacionados à organização do trabalho, relação dele com o capital e assistência para os trabalhadores.

**1947** - Paralelo a CLS, criação da Comissão de Serviço Público Civil: responsável pelo estudo de todas as proposições referentes à criação, organização ou reorganização de serviços públicos da União e suas autarquias.

**1955**- Comissão de Legislação social passou a decidir também sobre o direito do trabalho e política social. E a Comissão de Serviço Público começou a tratar também de servidores em atividade ou não, e de beneficiários.

**1989 / fevereiro** - Comissão de Legislação Social passou a se chamar Comissão de Trabalho.

**1989 / setembro** - criação da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, que assumiu todos os pontos de discussão que antes cabiam às duas Comissões.

# trabalho



foto: Trabalho - por Lírica Aragão em Flickr.com

O trabalho, um direito social, é o meio mais expressivo para se obter uma existência digna, conforme está expresso na Constituição Federal de 88. O próprio documento modifica a classificação dele como uma obrigação, e reforça a importância da prática para identidade do dos membros da sociedade.

Mesmo em meio a alterações propostas pelo governo que modificam diretamente garantias e direitos trabalhistas, a CTASP atuou em discussões e Projetos que favorecem a qualidade e promovem melhores condições no trabalho dos cidadãos. Como regulamentação de profissões, direitos trabalhistas, investimentos para capacitação de profissionais, entre outros.



Ao longo de 2017 trabalhamos intensamente na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (Ctasp) em favor de uma agenda de garantias de direitos e oportunidades. Embora tenha sido um ano especialmente difícil para os brasileiros, a Comissão estabeleceu uma relação de constante diálogo com diversos setores da sociedade e buscou alternativas para reparar injustiças e prestar amparo aos trabalhadores.

Realizamos ainda importantes seminários, audiências, reuniões e encontros. Entre as ações ressaltamos o estabelecimento do piso salarial para os vigilantes, o decreto para garantir proteção do trabalhador doméstico e a regulamentação de diversas profissões.

A Comissão se posicionou ainda contra a flexibilização do trabalho escravo, contra as denúncias trabalhistas apresentadas e contra a perda de direitos. De maneira colaborativa e conciliadora, conseguimos estabelecer um espaço de luta e de valorização profissional, garantindo igualdade e oportunidades. Como integrante da Comissão, vou continuar buscando o aperfeiçoamento constante da legislação em favor dos trabalhadores e do desenvolvimento nacional.

opinião



Wolney Queiroz é deputado pelo  
PDT/PE e 1º Vice-Presidente.

[:dep.wolneyqueiroz@camara.leg.br](mailto:dep.wolneyqueiroz@camara.leg.br)

## Regulamentação de Profissões

# Comissão aprova regulamentação da profissão de Marinheiro de Esportes e Recreio da Marinha



*O relator, André Figueiredo: é necessário qualificar a atuação profissional dos marinheiros de esporte e recreio, tendo em vista o risco inerente a essa atividade, que pode causar sérios danos à sociedade. foto: Lúcio Bernardo Junior/Câmara dos Deputados*

“**Marinheiro de Esportes e Recreio - o Projeto de Lei de Fernando Jordão, relatado pelo deputado André Figueiredo (PDT/CE), regulamenta a atividade de marinheiros empregados em embarcações de esporte e recreio que exerçam a atividade.**

Durante a manhã de quarta-feira (28/06) a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) aprovou em reunião ordinária nove projetos. Sendo oito de Lei, entre eles a regulamentação da profissão da classe de Marinheiro de Esportes e Recreio, da Marinha, e uma alteração na Lei nº 11.788, em que a legislação de estágio proíbe práticas de discriminação em processos de seleção, e um Decreto Legislativo (Nº 239/15),

que retira da Lei nº 8.878 a disciplina sobre o retorno dos anistiados

Para o presidente da comissão, Orlando Silva (PCdoB/SP), a reunião foi proveitosa dado o número de aprovações, debates e reconhecimento de uma profissão. “Um país que tem uma costa muito vasta, rios e lagoas, e tem nessa atividade algo de muita importância, seja ela esportiva ou seja recreativa. Considero fato relevante que a Comissão tenha

## Ao total, nove projetos que regulamentam profissões foram aprovados na Comissão, entre eles:

**Pedagogo** – de autoria do dep. Goulart - PSD/SP e relatoria da deputada Flávia Morais (PDT-GO), o projeto que dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Pedagogo para atender os 590 mil profissionais que se formam anualmente no curso de Pedagogia que exercem atividades em educação do ensino infantil e anos iniciais do ensino fundamental, além de outras funções no serviço público e organizações não governamentais. (PL 6847/2017).

“os pedagogos são absolutamente fundamentais para que possamos desenvolver as teorias de aprendizagem, ensino e para fortalecer as entidades onde se desenvolvem uma política pública mais transformadora, que é a educação - Erika Kokay (PT/DF)

**Trabalhadores de Telemarketing** - com a relatoria do deputado Assis Melo (PCdoB-RS), o projeto do deputado Enio Bacci (PDT/RS) que regulamenta o exercício da profissão de teleatendimento foi aprovado. Pontos como o máximo de seis horas diárias e 36 semanais e dois períodos de pausa no

“Nós tivemos a oportunidade de relatar e colocar os apensados, do que entendemos a respeito da matéria. Embora a legislação como um todo hoje vai para outro caminho, o projeto pode dar uma condição melhor para, pelo menos, os trabalhadores de telemarketing - Assis Melo (PCdoB/RS)

trabalho com duração de 10 minutos também entraram no projeto durante as avaliações dentro da CTASP. (PL 6975/2013).

**Físico** - o projeto de Antonio Carlos Mendes Thame (PV/SP) foi aprovado sob relatoria do deputado Assis Melo (PCdoB/RS), decreta oficialmente o exercício da profissão de Físico, e estabelece mais de dez atribuições para a área, entre elas: realizar pesquisas científicas e tecnológicas, aplicar conceitos e métodos da Física em estudos ambientais e desenvolver programas, com a justificativa de que é uma profissão que "não se restringe mais apenas a lecionar em sala de aula e nos laboratórios, porém, tem presença marcante em inúmeros setores cruciais da economia interna e mundial". (PL 1025/2011).

reconhecido esta profissão”, comenta o presidente.

A decisão sobre o tema, relatada pelo deputado André Figueiredo (PDT/CE), contou com a participação do próprio autor do Projeto de Lei, o prefeito de Angra dos Reis Fernando Jordão, que a fez quando era deputado na Casa. João Paulo Tavares Papa (PSDB/SP), deputado pelo PSDB/SP, reforçou na comissão, a necessidade da medida. “Cerca de 10 mil trabalhadores que por não terem sua profissão estabelecida formalmente acabam tendo um grande desestímulo. São registrados como outros empregados, mas na verdade são profissionais qualificados, que passam por cursos, formação continuada, provas, exames para poder cumprir a sua profissão”, explica o deputado Papa.

Com a outra aprovação de destaque, também relatada pelo deputado André Figueiredo (PDT/CE), decidiu-se proibir práticas discriminatórias em seleções de estágio, como por exemplo, a escolha por candidatos que tenham melhores condições de locomoção ao cargo pretendido. O deputado Orlando se diz satisfeito pela decisão. “Garante que essa atividade que é tão importante para a formação de jovens possa se desenvolver plenamente com segurança jurídica, oferecendo mais oportunidades para os jovens mais carentes que têm grande esforço para se qualificar”.

## Valorização do Profissional

# Comissão aprova cancelar CNPJ de empresa com trabalho escravo

Fonte: Assessoria de comunicação Lid/PV

“Após aprovação do projeto de decreto legislativo que susta os efeitos da Portaria do Trabalho Escravo, de uma moção de repúdio as mudanças em políticas públicas de combate a escravidão e convidar o Ministro do Trabalho e Emprego, Ronaldo Nogueira, para prestar esclarecimentos sobre o tema, colegiado aprova PL que pune empresas e empregadores.



Foto: Alexandra Martins / Câmara dos Deputados

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público aprovou na quarta-feira (29) o Projeto de Lei 7946/17, do deputado Roberto de Lucena (PV-SP), que cancela a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) de empresa culpada, administrativa ou judicialmente, por uso de trabalho escravo ou análogo ao escravo.

“Empresas que são fachadas para a prática de crimes nenhuma falta fazem ao mercado de trabalho e ao desenvolvimento econômico e social do País”, disse o relator na comissão, deputado Assis Melo (PCdoB-RS).

Empresas que adquirirem, com conhecimento do fato, produtos oriundos da exploração de trabalho escravo também terão a mesma pena, segundo a proposta. “Entendemos como

fundamental a extensão da pena aos que, por ação ou omissão, atuam como verdadeiros receptadores de produtos e serviços de origem criminosa”, afirmou Assis Melo.

### Dirigentes

Além disso, os dirigentes dessas empresas ficam impedidos de atuar no mesmo ramo de atividade por dez anos. Para Assis Melo, o prazo é “suficiente e razoável”.

O texto inclui a punição na lei 4.503/64, que instituiu o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

Assis Melo apresentou uma complementação de voto para deixar clara no texto a aplicação da sanção e da pena somente após o trânsito em julgado em última instância.

### Punição atual

Atualmente, há três formas

principais de punição a quem usa trabalho escravo no Brasil:

- multas administrativas aplicadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego;
- ações civis e propostas pelo Ministério Público do Trabalho junto ao Judiciário; e
- ações criminais, sobretudo interpostas pelo Ministério Público Federal junto à Justiça Federal.

Nos últimos 15 anos, os auditores fiscais do trabalho resgataram mais de 15 mil trabalhadores em situação de trabalhos forçados, segundo Assis Melo.

### Tramitação

A proposta tramita em caráter conclusivo e ainda será analisada pelas comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

# Comissão aprova novo piso salarial para vigilantes

“Medida contempla profissionais que atuam na segurança patrimonial, privada e de transportes de valores ou garantia de transporte

A última reunião deliberativa de novembro da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) ocorreu nesta quarta-feira (29), e teve como destaque a aprovação do Projeto de Lei 7042/2017, que aumenta o teto salarial de vigilantes no País. De autoria da deputada Erika Kokay (PT-DF), a deliberação da proposta reuniu discursos de apoio de outros parlamentares e a presença de representantes da categoria.

“Todas as profissões regulamentadas deveriam ter um piso salarial. Entretanto, apenas algumas o possuem, a exemplo dos médicos e dos radiologistas. O presente projeto visa sanar tal lacuna, notadamente com relação à profissão de vigilante”, o argumento de justificativa é o apresentado pela parlamentar, e tem como coautor Nelson Peregrino (PT-BA.) O projeto consiste na adoção do valor de três mil reais como quantia mínima de pagamento para os profissionais vigilantes, sendo previsto para que seja atualizado anualmente, com base nas alterações em juros no Brasil.

Em cidades como Brasília e São Paulo, o piso adotado pelos trabalhadores atualmente é de 1.880 reais. Enquanto vigilantes de outros locais como estados nordestinos se deparam ainda com um menor valor pelo trabalho. Assim, a proposta é definir a mesma quantia de



Representantes sindicais participantes da reunião junto aos parlamentares Assis Melo (PCdoB-RS) e Vicentinho (PT-SP) - foto: Lis Cappi/AsCom-CTASP

remuneração para todos os profissionais, aumentando a quantia por conta do envolvimento em situações de risco e perigo de vida pelos quais os profissionais estão sujeitos.

“Faz mais de oito anos que a gente vem nessa luta em decorrência do piso salarial, então nada mais que justo o piso para esta categoria que está defendendo vidas de pessoas”, explica Cassiano Souza, Presidente do Sindicato dos Vigilantes de Pernambuco. “É uma luta muito grande para vigilantes e a gente tem que manter”, complementa o também diretor de Formação da Confederação Nacional dos Vigilantes.

Assis Melo (PCdoB-RS) foi o relator do projeto e expôs o voto favorável pela aprovação. “Hoje os trabalhadores precisam ter, no nosso entendimento, um piso que dê a mínima condição para que os trabalhadores possam desenvolver não só a sua atividade, mas ter uma condição de vida melhor”, opinou o parlamentar. Assis também reforçou que o ofício é

diferenciado, pois além de questões de segurança exige “uma carga horária diferenciada, um trabalho praticamente todo em pé e dificuldade depois para restabelecer o seu descanso físico”.

Outros parlamentares da Comissão, como Wolney Queiroz (PDT-PE), Vicentinho (PT-SP), Flávia Moraes (PDT-GO) e Cabo Sabino (PR-CE) também reforçaram a importância do projeto de Lei, e ofereceram apoio para a aprovação dele em outras instâncias da Casa. José Maria Oliveira, diretor da Confederação Nacional dos Vigilantes e secretário de finanças dos Vigilantes de Brasília mostrou contentamento com a deliberação. “Vai aumentar muita coisa”, disse. “Eu quero agradecer aos deputados que apoiaram e se empenharam nessa luta nossa. É muito importante para todos os vigilantes do Brasil”, concluiu.

O projeto segue agora para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, e caso aprovado, será encaminhado para o Senado Federal.

## Audiências Públicas

# Demissões e precarização do trabalho de terceirizados da Câmara foram discutidas na Comissão



por ascom.ctasp com Gabriela Korossy

“Última audiência pública de setembro teve como tema as dificuldades e situação de trabalho dos terceirizados da Câmara.

Uma audiência pública que discutiu a situação dos trabalhadores terceirizados da Câmara dos Deputados ocorreu na última quinta-feira de setembro (28) na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP). O evento, requerido pela deputada Erika Kokay (PT/DF), tratou sobre casos de demissão e baixas condições no trabalho da categoria.

A presidente da Associação dos Trabalhadores Terceirizados do Congresso Nacional, Valdívnia Santos, apresentou que os trabalhadores têm sido demitidos sem justificativa, principalmente os que residem no entorno. E que alguns dos terceirizados que trabalham nas recepções não recebem férias há nove anos.

“A gente está passando por coisas absurdas dentro da Casa, com medo de chegar de manhã e, ao invés assinar o ponto, assinar o aviso para ir embora.” relata Valdívnia Santos. Sobre as condições de trabalho, a maior

dificuldade dos terceirizados está relacionada às questões de saúde. “Está proibido colocar atestado. Se você ficar doente e colocar, no outro dia vai precisar assinar advertência”, explicou a presidenta da associação.

Esses pontos foram também questionados pela presidente do Sindicato dos Empregados de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário e Serviços Terceirizados do Distrito Federal, Maria Isabel dos Reis. “O terceirizado contribui para o país como qualquer trabalhador. Ele paga IPTU, paga IPVA, tudo que qualquer trabalhador faz. E por que nós temos que ter o direito diminuído, porque que nós temos que ter o trabalho fatiado?”, indagou a representante.

Rodrigo Britto, presidente da Central Única dos Trabalhadores do DF, relatou que as demissões e dificuldades da categoria dentro da Câmara existem pelos cargos serem utilizados como ferramenta política, e que medidas devem ser tomadas para reverter a situação. “Infelizmente os postos de trabalho são usados como moedas na época eleitoral, e assim há precarização do trabalho”, disse. “É preciso pensar numa possibilidade. Um projeto de lei

que permita que os trabalhadores tenham segurança durante as eleições”, concluiu.

A deputada Erika Kokay (PT/DF) explicou que dará entrada a outros processos para discutir melhor a questão dentro da CTASP. “O parlamento deve discutir o que está acontecendo com os terceirizados, esse nível de desrespeito e demissões. Nós vamos apresentar um requerimento para criar uma subcomissão para acompanhar, e vamos solicitar institucionalmente uma reunião com o presidente da Casa para discutir e dar encaminhamento ao assunto”, concluiu a parlamentar.

Também participaram da audiência a deputada federal Luiza Erundina (PSOL/SP), o deputado distrital Chico Vigilante, o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Distrito Federal, Brígido Ramos, o Vice-Presidente do Sindicato dos Vigilantes, Francisco Nascimento e o Secretário-Geral do Sindicato dos Trabalhadores de Empresas e Órgãos Públicos e Privados de Processamento de Dados, Serviços de Informática, Similares e Profissionais de Processamento de Dados do DF, Edson Corrêa.

# Formação dos cursos de Educação Física foi tema de debate no Ceará



Deputado Cabo Sabino e convidados

O debate foi promovido com o intuito de tratar da problemática da divisão do curso em duas vertentes: licenciatura e bacharelado, formal e não formal, surgida após portaria do Ministério da Educação de 2002, que entraria em vigor em 15.10.2005 e encerrava a licenciatura de atuação plena. No entanto, milhares de alunos ao se formarem receberam o diploma de licenciatura para atuação em educação básica, mesmo tendo cursado o currículo de licenciatura de atuação ampliada.

“Hoje estamos corrigindo isso. Algumas IES estão tendo resistência, mas aos poucos, tem-se construído junto com as instituições, os sindicatos dos profissionais de Educação Física e o Conselho Regional Estadual de Educação Física (Cref-5), o consenso para assegurar esse direito aos profissionais. No estado do Ceará, eu acredito que vamos conseguir beneficiar mais de 5 mil profissionais, os garantindo o direito à licenciatura de atuação plena”, pontuou o deputado.

Para o presidente do Sindicato dos

Com requerimento de audiência pública do deputado Cabo Sabino (PR/CE), a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público-CTASP debateu no dia 2 de junho a licenciatura plena dos cursos de Educação Física e as suas intervenções no mercado de trabalho na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Profissionais de Educação Física do Estado do Ceará – Sinpef/CE,

Rodrigo Alves esta segunda audiência já trouxe avanços, visto ter garantido o apostilamento de egressos de algumas IES. “Na realidade, consideramos essa segunda audiência como uma vitória, em consequência da primeira reunião realizada, o que prova que foi um sucesso. A partir de hoje vamos criar uma nova cultura dentro da Educação Física, de caminhar juntos como profissão, entidade. E até de forma política, que se conserte alguns erros do passado e ver na profissão algo novo, e pensar uma Educação física forte, independente de licenciatura ou bacharelado, mas que seja forte”, pontuou Rodrigo.

Segundo o professor Adriano Marcelo Tomaz, conselheiro do Conselho Regional de Educação Física da 5ª Região, o Conselho Regional, não tem autonomia para deliberar sobre as resoluções, reconhecimento e autorização de cursos, competindo as responsabilidades, ao Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação. “Todavia, o Cref está presente, porque nós

precisamos entender qual o posicionamento das Instituições, porque o resultado da formação delas acaba sobrecarregando o Cref com demandas de egressos que ao momento de se regulamentar para atuar na área da Educação Física e descobrem que há restrições”, afirmou. Encontro estadual e nacional devem ser realizados para discutir e ouvir os profissionais da Educação Física. Várias entidades e universidades participaram do encontro.

Ao finalizar a reunião, o deputado pontuou a eficácia da audiência, saudou a mobilização da categoria para fazer valer seus Direitos e, entendendo este ponto como solucionado, afirmou que “pelo que foi falado aqui hoje, a Educação Física tem muito mais demandas do que apenas o fato que é resolver a questão da licenciatura e a questão do bacharelado”, abrindo espaço para que ocorram novos diálogos entre diferentes agentes da categoria para tratar de outros temas sensíveis aos profissionais de Educação física.

Por Ascom.CTASP, com colaboração da assessoria dep. Cabo Sabino

# administração



foto: Esplanada dos Ministérios - por Carlos Gustavo Kersten em Flickr.com/2012

A palavra "administrar" significa não só prestar serviço, executá-lo, mas também dirigir, governar, exercer a vontade com o objetivo de obter um resultado útil; e até, traçar um programa de ação e executá-lo. É tarefa do poder executivo realizar a tarefa de administrar o Estado

brasileiro a partir do desejo definido em projeto avalizado pelo voto popular, quando da eleição para cargos majoritários.

Cabe ao parlamento, e neste caso a esta Comissão mais especificamente, acompanhar, fiscalizar e promover

processos que garantam a eficiência da aplicação do projeto pelo Governo avalizado nas urnas em consonância com os princípios da isonomia e transparência na gestão dos serviços e bens públicos.



O ano de 2017 foi produtivo para o Congresso Nacional. Foram aprovadas as reformas política e trabalhista, leis penais mais severas, medidas de combate à corrupção e de contenção de gastos e diversos temas foram discutidos nas comissões e no Plenário da Câmara dos Deputados.

Os debates acalorados entre oposição e governo frequentemente estavam na mídia, retratando o dia a dia de um parlamento plural, onde a diversidade de seus representantes reflete a realidade dos cidadãos brasileiros. A condução dos trabalhos neste Parlamento é árdua e exige muita expertise para se alcançar o consenso e dele se extrair soluções.

Como titular por mais de 10 anos da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP), eleita vice-presidente em 2010 e 2017, resalto que a presidência da CTASP, exercida pelo deputado Orlando Silva (PCdoB/SP), buscou com determinação o consenso a fim de se aprovar um maior número de proposições, uma vez que a CTASP é uma das comissões temáticas com o maior volume de iniciativas em tramitação.

A condução democrática do presidente permitiu ouvir todos os parlamentares, independentemente de ser governo ou oposição. Além disso, foi dada oportunidade para trabalhadores, servidores, autoridades, representantes dos setores produtivos, compartilharem seus anseios e defenderem seus direitos na Comissão.

Essa gestão participativa permitiu bons resultados para a comissão em 2017. Fui designada relatora de 29 proposições. Ao longo do ano, aprovei 15 pareceres e 11 requerimentos sobre temas diversos.

Dessa forma, agradeço e parablenizo todos os integrantes e servidores pela exitosa gestão da Comissão de Trabalho, especialmente por valorizar os trabalhadores brasileiros e lutar pela manutenção e proteção dos seus direitos.

## opinião



Gorete Pereira é deputada pelo PR/CE e 2ª vice-presidente.

[::dep.goretepereira@camara.leg.br](mailto::dep.goretepereira@camara.leg.br)

## Exemplo na Administração Pública Federal

# Comissão aprova uso de energia solar em prédios públicos federais

por ascom.ctasp com Lis Gabriela Cappi



deputado Benjamin Maranhão (SD/PB), relator do projeto

“Aprovação de medida pretende estimular a alternativa sustentável de energia em residências, hospitais, restaurantes e indústria.

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) aprovou em setembro um Projeto de Lei que incentiva a implantação de painéis para captação de energia solar em edifícios públicos e privados, e que obriga o uso dos painéis em prédios que pertencem à Administração Pública Federal.

Ao definir que haja a implantação nos edifícios federais que utilizam aquecimento da água, o projeto

de nº 4.536/12 reforça a utilização e consumo da energia solar no ponto de maior gasto energético da população brasileira: o aquecimento do chuveiro elétrico. Com a adoção da medida nos edifícios públicos, há a previsão de fomento e menor custo da implantação dos painéis para a sociedade de maneira geral.

O relator do projeto, deputado Benjamin Maranhão (SD/PB), reforçou com o voto que a proposta “não apenas estimula uma atividade produtiva de extrema relevância como também se obtém, ao longo do tempo, uma economia de recursos, produzida

pela substituição de energia poluente e não renovável por fontes sustentáveis”, defendeu.

Para também reduzir os gastos com a energia dos prédios públicos, que custaram R\$ 2,6 bilhões em 2016, o deputado acrescentou ao projeto original (de autoria do deputado Welligton Fagundes, cujo mandato já se encerrou) a implantação da energia fotovoltaica, método de captação solar que permite a geração de energia comum e assim atende todos os tipos de serviços necessários como luz e equipamentos eletrônicos.

Outros acréscimos ao projeto são

a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para coletores e painéis solares e a diminuição de taxas para empresas que adquiram a obtenção de energia solar. Esses pontos foram questionados por parlamentares da Comissão, como o deputado Vicentinho (PT/SP). “O projeto é bom, é importante, mas temos que tomar

um cuidado de não aprovar [em outras Comissões] algo que traga dificuldades para implementação. É preciso discutir melhor os prazos de adesão e também a isenção de impostos”, explicou o parlamentar.

### Tramitação

Com a aprovação na CTASP, o projeto segue para votação na

Comissão de Minas e Energia (CME) e posteriormente nas Comissões de Finanças e Tributação (CFT) e Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Caso aprovado em todas, segue para apreciação no Senado. Caso se torne Lei, os prédios de Administração Federal terão cinco anos para adotar a medida.

## Ensino superior e combate às privatizações

# Comissão vota pela expansão do ensino superior e discute sobre privatizações

por ascom.ctasp com Lis Gabriela Cappi

A reunião deliberativa da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) que ocorreu em 13 de setembro aprovou dois projetos que visam o investimento no ensino superior gratuito e requerimentos para realização de debates sobre as propostas de privatização do governo federal. As decisões foram divergentes da proposta do governo federal.

Entre os requerimentos, os deputados Assis Melo (PCdoB/RS) e Leonardo Monteiro (PT/MG) solicitaram em conjunto audiências públicas para debater os impactos da privatização no setor Elétrico, tanto sobre o fornecimento de energia quanto



Deputados Assis Melo e Leonardo Monteiro debatem impacto das privatizações no setor elétrico para as populações carentes - foto: Richard Silva/PCdoB na Câmara

para os que trabalham na área. As discussões sobre o tema foram aprovadas para ocorrem na Câmara dos Deputados e nos respectivos estados dos parlamentares, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

Os deputados defenderam que a discussão é necessária por se tratar de um tema que fornece autonomia para os cidadãos. “Como a energia vai chegar onde é longe para se levar, se for privatizado? A empresa privada

não vai levar se não tiver retorno financeiro, não vai colocar quilômetros de fios para poucas pessoas em municípios pequenos”, argumentou o deputado Assis Melo.

Já o deputado Leonardo Monteiro apontou que a privatização implica não só no sistema elétrico, mas também em outros setores e espaços do país. “Com certeza vai colocar a tarifa de energia mais cara. E também é entregar os nossos rios, como o Rio Doce, Caratinga, Jequitinhonha,

Santo Antônio, o São Francisco que nasce em Minas Gerais. Sem dúvidas é entregar isso. E nós achamos que o sistema elétrico e a água são estratégicos para o país”, concluiu o parlamentar.

Por parte dos projetos, o primeiro sobre educação aprovado foi o PL 4389/2016, de relatoria do deputado Alex Canziani (PTB/PR), que tem a proposta de expandir o espaço do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), tendo em vista o grande número

de estudantes e cursos oferecidos na instituição. Para isso, o PL traz a criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no Sertão da Paraíba (IFSPB).

O segundo, apresentado pelo deputado Jorge Côrte Real (PTB/PE), de número 5379/2016, segue o mesmo modelo, e tem o objetivo de expandir o espaço do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal da Paraíba com a criação da Universidade Rural Federal da Paraíba (URFPB) no município de Areia.

## Outros projetos aprovados que também visam a expansão do Ensino Superior

- ❑ **PL – 3266/2015**, do deputado Vicentinho (PT/SP) e relatoria de Orlando Silva (PCdoB/SP). Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal da Região Noroeste Paulista – UFNP, com a sede e foro no Município de Jales - SP.
- ❑ **PL 4500/2016**, do sr Kaio Maniçoba e relatoria de Wolney Queiroz (PDT/PE). Autoriza o Poder Executivo a instituir a Universidade Federal do Araripe, com sede na cidade de Araripina, no Estado de Pernambuco. A nova universidade tem a proposta de beneficiar 41 municípios pernambucanos, onde vivem mais de 1 milhão de pessoas; 25 municípios cearenses, com quase 900 mil habitantes e 66 municípios piauienses, com população superior a 500 mil.
- ❑ **PL-4389/2016** do sr Wilson Filho e relatoria de Alex Canziani (PTB-PR). Autoriza o Poder Executivo a criar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão da Paraíba (IFSPB), por desmembramento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFPB.
- ❑ **PL - 5379/2016** do sr Wilson Filho e relatoria de Jorge Côrte Real (PTB-PE). Autoriza o Poder Executivo a criar Universidade Rural Federal da Paraíba (URFPB), no município de Areia, PB, mediante transformação e utilizando a infraestrutura do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal da Paraíba.
- ❑ **PL - 6618/2016** do sr. Pedro Cunha Lima e relatoria do dep. Felipe Bornier (PROS/RJ). Autoriza o Poder Executivo a criar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Borborema da Paraíba - IFBPB, por desmembramento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, IFPB.
- ❑ **PL - 5173/2016** do sr. Kaio Maniçoba e relatoria de Flávia Moraes (PDT/GO). Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Sertão, no Município de Serra Talhada, no Estado de Pernambuco.
- ❑ **PL 2931/2015** do sr José Guimarães e relatoria de Cabo Sabino (PR/CE). Dispõe sobre a implantação de Campus Avançado da Universidade Federal do Cariri - UFCA e dá outras providências.
- ❑ **PL 3613/2015** da Professora Dorinha Seabra Rezende e relatoria de Flávia Moraes (PDT/GO). Autoriza o Poder Executivo a criar campus nos municípios de Guaraí, Miracema do Tocantins, Palmeirópolis, Taguatinga e Xambioá, no Estado do Tocantins, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins.

## Audiência Pública | Privatizações

# Impactos da privatização no setor elétrico são questionadas na Comissão

Por ascom.ctasp com fonte e colaboração de Ruth de Souza, Portal CTB



Íkaro Chaves, representante da CTB e dos Urbanitários do DF, participa dos debates em audiência pública promovida em 10/10/2017 sobre impactos da privatização do setor elétrico promovido pelo governo do presidente Michel Temer/ foto: portalCTB

“ Audiência Pública que reuniu representantes sindicais e parlamentares que estudam o tema na Câmara dos Deputados conclui que população deve ter mais conhecimento sobre os impactos que a privatização da Eletrobrás e setor elétrico pode trazer para a população. Sindicatos e parlamentares se colocaram contra a medida.

Impactos da privatização do setor elétrico na vida dos trabalhadores foi tema de uma audiência realizada hoje (10) na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados. O debate foi uma proposição dos deputados Assis Melo (PCdoB-RS), Erika Kokay (PT-DF) e Leonardo Monteiro (PT-MG), com a participação de entidades representativas e trabalhadores

das empresas integrantes da Eletrobrás.

Durante exposição, o representante do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Gustavo Teixeira, replicou sobre a questão da eficiência, um dos argumentos usados para a privatização. Teixeira usou dados do estudo divulgado pelo Dieese sobre a

desestatização do setor em que, quando são analisados os resultados do processo de privatização do setor elétrico brasileiro da década de 1990, é possível verificar a precarização dos serviços e das condições de trabalho e o aumento das tarifas acima dos índices de inflação. Ademais, empresas públicas de energia elétrica são comuns e estão crescendo nos Estados Unidos e em diversos países da Europa.

O impacto na vida dos trabalhadores foi enfatizado por Fabíola Latino, representante do Coletivo Nacional dos Eletricitários. Ela destacou que o desemprego, a perda de direitos, serão ameaça crescente. "Aconteceu com a CESP e CELG, privatizadas recentemente. A CELG já teve 50% do seu quadro demitido em menos de um ano. Acidentes de trabalho se ampliarão, pois saúde e segurança serão relegados a segundo plano - vão querer cortar custos de todas as formas. Haverá ainda aumento de tarifas de todos os serviços que estão no meio desse processo. A gente vê que vai ser um processo onde direitos e benefícios básicos, como plano de saúde, previdência, serão cortados, enxugados", alertou Fabíola, chamando atenção ainda para a possibilidade de um apagão.

Gunter Angelokorte Dieéa, da Federação Interestadual dos Sindicatos dos Engenheiros (FISENGE), apontou que além

dos prejuízos para os trabalhadores, "a venda de empresas do setor elétrico vai tornar energia, telefone e internet ainda mais caros no Brasil".

Para a deputada Erika Kokay (PT-DF), presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Setor Elétrico e membra da CTASP, a maneira que o governo federal leva às privatizações tem incentivado apenas o mercado estrangeiro, pois faltam projetos e medidas que colaborem com o desenvolvimento nacional. A deputada também apresentou que isso pode reforçar ainda mais o cuidado com os brasileiros que receberão os serviços. É "ataque ao desenvolvimento científico e tecnológico. O Brasil está sendo desconstruído na sua soberania de forma muito rápida e assustadora", disse. Erika também criticou o preço pelo qual se colocam às empresas públicas. "Estão vendendo ativos brasileiros com preços absolutamente irrisórios. O complexo petroquímico em Suipe, por exemplo, foi vendido por um terço do preço que valia", opinou.

Já o deputado Assis Melo (PCdoB/RS) apontou que as medidas impactam tanto a qualidade do trabalho dos funcionários das empresas públicas quanto a entrega de serviço que será dada posteriormente à população. "Quando são analisados os resultados do processo de privatização do setor elétrico

brasileiro da década de 1990, é possível verificar a precarização dos serviços e das condições de trabalho; e o aumento das tarifas acima dos índices de inflação", explicou o parlamentar.

Assis Melo também chamou atenção sobre a necessidade de se conscientizar a população sobre as mudanças e riscos que são trazidas pelo processo. "Ir nas casas das pessoas, conversar e explicar. Nós precisamos fazer um movimento a favor do país. O Brasil está sendo vendido rapidamente", disse.

A mesma questão foi levantada por Ednei Martins, representante do Sindicato dos Urbanitários do Amazonas. "É importante esclarecer à sociedade de que energia não é uma mercadoria. Vender o setor elétrico do Brasil é o maior ataque à soberania nacional, porque deixa o país, a indústria brasileira, dependente de outras nações" pontuou



Material de divulgação da audiência por AsCom/Ctasp

Seminário | Política nacional

# Seminário discutiu sobre desafios para efetivação da Política Nacional de Resíduos Sólidos

por ascom.ctasp com Lis Gabriela Cappi



Seminário sobre a Gestão de Resíduos Sólidos no Brasil e os Desafios ao Cumprimento da Lei 12.305 / foto: Lucio Bernardo Jr. - Ag. Câmara

“ **Como melhorar a efetividade da Política Nacional de Resíduos Sólidos nos municípios do país?** ”

Estimulados por esta pergunta foi que ocorreram os debates, na terça-feira 20 de junho, na Câmara dos Deputados durante o Seminário “A Gestão de resíduos sólidos no Brasil e os desafios ao cumprimento da lei nº 12.305 de 2010”, lei esta que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos e que tem como objeto central a preservação dos recursos naturais e os cuidados com a saúde pública.

Requerido pela da deputada Flávia Moraes (PDT/GO) - REQ 232/2017, o seminário foi uma ação conjunta das Comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP), de Legislação Participativa (CLP) e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) que contou com a participação de deputados, representantes de municípios, empresários e catadores.



Dep. Chico Lopes (PCdoB/CE) e Sr. Adalberto Carim Antônio  
foto: Richard Silva/PCdoB na Câmara

Dentre os relatos apresentados, o juiz de direito da Vara Especializada do Meio Ambiente e de Questões Agrárias, Adalberto Carim Antônio, apresentou o trabalho feito pela Vara em Manaus, onde foi implantado um sistema de postos de coleta que recolhem materiais provenientes da coleta seletiva. Para a medida, são feitas campanhas de conscientização sobre a necessidade dos moradores colaborarem com a de seleção do lixo. A principal forma utilizada são cartilhas de histórias. “A gente resolveu quadrinizar. Cada cartilha trata de uma lei ambiental diferente, como por exemplo a importância da água. É a maneira que conseguimos encontrar pra estimular a cidadania ambiental”, explica Adalberto sobre a metodologia. O juiz relata que “quando a gente começou esse trabalho, a gente percebeu que a lei ambiental é mal compreendida, mal percebida” então “a ideia da gente era de uma maneira muito simples, muito assimilável, socializar, democratizar o conteúdo ambiental”.

A dificuldade em compreensão do conteúdo e execução das recomendações também foi apontada pela representante da Confederação Nacional dos Municípios, Cláudia Lins. Ela

municípios não consigam atender às demandas da Política Nacional de Resíduos Sólidos. “Fica extremamente difícil hoje a gente atender essa lei por conta da diferença regional e a diferença de cada município, do corte, das condições financeiras e técnicas”, explica, e reforça a importância da comunicação em todo o processo. “É uma lei para o desenvolvimento sustentável, por isso, a estratégia de comunicação é eficiente pra atingir o principal objetivo dela”, conclui.

A representante do Distrito Federal no Movimento Nacional de Catadores, Aline Sousa, aponta que o cumprimento da lei seria mais efetivo se houvesse uma fiscalização constante nas esferas federal e local. E levanta a questão de que é necessário elaborar políticas para inclusão dos catadores no processo. “Se amanhã eu fechar o lixão [da Estrutural, cidade do DF] e não profissionalizar, direcionar aquelas pessoas que estão ali para fazer um curso, eu não vou estar fazendo a inclusão socioprodutiva desses catadores. Ou dar uma bolsa... Isso não é garantir a inclusão socioprodutiva”, aponta. E explica que a maneira correta seria “garantir a continuidade do trabalho de forma digna, e com inclusão.”

relatou que a falta de capacidade técnica para entendimento tanto do que é necessário ser feito como para propor medidas, e limitações orçamentárias, fazem com que

Um consenso foi percebido ao fim do Seminário, que a busca para soluções e melhoria de implantação da Lei deve ser discutida com todos os envolvidos no processo: deputados, gestores públicos, empresários e catadores. O deputado Chico Lopes (PCdoB/CE), vice-presidente da CLP, explica que há intenção em auxiliar nos pontos para cumprimento efetivo da 12.305. “Se a política nacional for cumprida conforme ela é dita, seguindo os seus planos, fazendo a inclusão socioprodutiva dos catadores que atuam nesse setor, é de grande valia pra gente e para toda a sociedade”, reforça.

Nesse sentido a participante Livia Maria Dias, representante da Saneamento de Goiás – SANEAGO, destaca que a lista de responsabilidades municipais é enorme, que grande parte dos municípios brasileiros não possuem recursos para atender suas obrigações e que falta regulamentação da Lei de Resíduos Sólidos para melhor definir o papel dos Estados, afirmando que com tantos desafios “a mudança é um fórum constante”.

A deputada Flávia Moraes aponta que, baseando-se no conteúdo e relatos de municípios, deve haver a regulamentação da Lei e, que a discussão sobre o assunto, é de grande importância para a CTASP, “para ajudar, apoiar, subsidiar as nossas relatorias, o nosso acompanhamento e os nossos debates sobre o assunto”, finaliza a deputada que também preside a Comissão de Legislação Participativa.

# Funpresp gerenciará fundos de previdência complementar de estados e município

por Agência Câmara Notícias



Daniel Vilela, relator da proposta na comissão  
foto: Lúcio Bernardo Junior/Câmara dos Deputados

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou proposta que autoriza a Funpresp, fundação de previdência complementar do governo federal, a administrar planos previdenciários dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. O objetivo é incentivar esses entes federados a aderir ao regime previdenciário da União, acabando com regimes próprios para os novos servidores.

O texto aprovado é o Projeto de Lei 6088/16, do Poder Executivo, com emendas apresentadas pelo relator, deputado Daniel Vilela (PMDB-GO). O relator diminuiu, de R\$ 5 milhões para R\$ 3 milhões, o mínimo exigido como aporte inicial dos entes federados para antecipação de despesas futuras dos planos de previdência complementar de estados e municípios. Também permitiu que esse valor seja parcelado de acordo com o convênio de adesão assinado entre estados, municípios e governo federal.

Se mais de um estado ou município aderirem aos chamados planos multipatrocinados – que unem Poderes ou órgãos de diferentes entes da federação em um só plano de previdência complementar –, o valor do aporte inicial será rateado pelos diferentes patrocinadores.

Outra mudança aprovada permite a intervenção e liquidação extrajudicial na entidade de previdência complementar criada pelo ente federado, com o objetivo de resguardar os direitos dos participantes em eventual insolvência.

A Comissão de Trabalho também incluiu na proposta a determinação de que apenas lei estadual, municipal ou distrital poderá autorizar a gestão da entidade de previdência complementar dos entes federados pela Funpresp. O texto original autorizava essa transferência de gestão por meio de convênio.

A última modificação aprovada exige que o servidor incluído automaticamente no plano de previdência complementar – aquele que entrar no serviço público após a criação do sistema complementar – seja comunicado da inscrição por meio eletrônico.

Além disso, o prazo para adesão de servidores que já estão em exercício para o novo modelo será contado a partir da data da publicação pelo órgão fiscalizador da autorização de aplicação dos regulamentos dos planos de benefícios.

Vilela destacou que as mudanças sugeridas vão aperfeiçoar a proposta, possibilitando aos servidores dos entes federados o acesso à previdência complementar.

“A possibilidade de a Funpresp administrar os planos de benefícios previdenciários patrocinados pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios não só permitirá que um número maior de servidores tenha acesso ao regime, como diminuirá custos – entre eles, a contratação de pessoal, aquisição de softwares e hardwares, consultorias contábeis e atuariais – e efetivamente viabilizará a existência de previdência complementar a todos os entes federados”, justificou.

## Regras

A proposta estabelece regras para que a Funpresp assuma a gestão das entidades de previdência complementar de estados, municípios e Distrito Federal. Cada plano diferente terá seu próprio cadastro de pessoa jurídica, com patrimônio segregado e sem solidariedade entre os demais planos de previdência complementar administrados pela fundação.

Além disso, a proposta traz regras para punir a inadimplência de estados ou municípios, que ficarão proibidos de contratar empréstimos e terão suspensos os repasses de dinheiro federal de transferências voluntárias.

Os órgãos dos entes federados ficarão responsáveis pelo desconto da contribuição do servidor e do repasse das contribuições do empregador. Ainda que cada Poder seja responsável pelo recolhimento dos seus recursos, o ente federado poderá ser considerado inadimplente se houver atraso nos repasses de qualquer um deles – Executivo, Judiciário e Legislativo, incluindo também Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunal de Contas.

# Comissão autoriza concessionárias de comprarem energia de pequenas hidrelétricas

por Agência Câmara Notícias



*O relator, Jorge Côte Real, tornou a medida facultativa; no projeto original, tanto a compra quanto o percentual mínimo eram obrigatórios*

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, da Câmara dos Deputados, aprovou proposta que permite a concessionárias de energia elétrica comprar energia de centrais hidrelétricas de pequeno porte (PCHs), usinas com capacidade de 100 a 30.000 quilowatts (kW).

A ideia é que a aquisição corresponda a no mínimo 5% do volume de energia que a empresa injeta no sistema.

Pela versão original do projeto de lei (PL 6136/13) do deputado

Fernando Francischini (SD-PR), tanto a compra quanto o percentual mínimo eram obrigatórios.

## **Facultativa**

Mas, o relator, deputado Jorge Côte Real (PTB-PE), optou por deixar a medida facultativa. “A obrigatoriedade poderá resultar em uma demanda por PCHs em áreas onde já se tem o suprimento energético necessário ou poderá alterar a atual distribuição existente em áreas em que está sistematizada a distribuição”, argumentou.

A legislação atual já faculta às distribuidoras de energia a contratarem 10% de sua carga por meio do sistema de geração distribuída, independentemente da capacidade instalada da central hidrelétrica.

## **Tramitação**

A proposta tramita em caráter conclusivo e será analisada ainda pelas comissões de Minas e Energia; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

# serviço público

foto: Frágil por Marie@Flickr



O profissional, servidor público, é antes de tudo humano e precisa deleitar-se no exercício de suas atividades profissionais. Esse infelizmente é o investimento mais carente no seio da sociedade e do serviço público, embora se saiba que não se faz o homem apenas com leis, regras e costumes, tão pouco com a profissionalização e o tecnicismo, apesar destes serem fatores importantes em sua formação. É necessário investir no Homem, na sua essência, naquilo que o faz ser. É necessário criar novas estratégias novas, permanentes e progressivas, para esclarecer a sociedade civil e o próprio servidor, à importância a função pública, mostrando o porquê de sua existência, necessidade e valorização.

em: NEGREIROS, Regina Coeli Araújo. ÉTHOS, EDUCAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO: Uma tríade basilar na construção de uma sociedade saudável. TCC (Especialização em Gestão Pública). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB. João Pessoa, 2014

“ A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (Ctasp) foi um importante espaço de debate e resoluções para o trabalhador brasileiro em 2017. Apesar de tantos retrocessos pautados na Câmara ao longo do ano, a Comissão buscou o diálogo constante entre parlamentares e representantes de categorias profissionais para aperfeiçoamento da legislação vigente.

Pela Comissão conseguimos apurar uma série de denúncias e evitar a violação de direitos. Com o requerimento 214/17, por exemplo, garantimos a realização de audiência pública para apurar denúncias que envolviam perseguição de trabalhadores, assédio moral, desrespeito a liberdade sindical dentro da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Denunciamos também no âmbito da Comissão denúncias dentro da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

A Comissão serviu também como auxílio direto no combate aos preconceitos e discriminações em ambientes de trabalho, além de ter fomentado a valorização profissional e promovido a regulação de diversas profissões que ainda tinham suas garantias negligenciadas, como paisagista, pedagogo e garçom. Foram discutidas ainda as possibilidades para driblar o crescente desemprego brasileiro, entre outras questões. Enfim, o trabalho da CTASP em 2017 simbolizou principalmente a luta por justiça social, garantias profissionais e diálogo com a população. Foi um ano de luta e, principalmente, de muita resistência.

opinião



Leonardo Monteiro é deputado pelo PT/MG e 3º Vice-Presidente.

[:dep.leonardomonteiro@camara.leg.br](mailto::dep.leonardomonteiro@camara.leg.br)

## Direitos do servidor público

# Servidores conquistam regulamentação da negociação coletiva

por ascom.ctasp com Lis Gabriela Cappi



deputado Benjamin Maranhão (SD/PB), relator do projeto

“Após período de vistas, intenso debate e votação contrária ao adiamento da decisão, os deputados chegaram ao consenso e aprovaram o projeto relatado pela deputada Alice Portugal (PCdoB/BA): o Projeto de Lei que regulamenta a negociação coletiva dos servidores públicos nas autarquias e nas fundações públicas dos poderes da União, dos Estados e do Distrito Federal (PL 3831/2015, de autoria do senador Antonio Anastasia). A decisão foi tomada no dia 5 de julho, na reunião extraordinária da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).”

A deputada Alice explica que a aprovação diz respeito a uma necessidade antiga dos servidores públicos, e que outras medidas relacionadas à categoria ainda precisam ser aprovadas. “É uma conquista pavimentadora, mas ainda não é uma conquista final”, diz. “Nós vamos lutar por uma

regulamentação justa com data base, com paridade, com direito de greve igual ao dos demais trabalhadores, com garantia de estruturação cada vez mais digna enquanto trabalhador para melhor servir à população brasileira.”, complementa Alice Portugal.

Entre sindicatos e associações que representam os servidores públicos, a satisfação pela nova medida é unânime. “Em 1988 a Constituição nos deu o direito a organizar, porém, sem nenhuma regulamentação. Hoje, 29 anos após, nós somos reais trabalhadores”, explica João

Paulo Ribeiro, secretário de funcionalismo Público da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB). O mesmo é reforçado pelo diretor de estudos técnicos do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal), Daro Piffer. “Faltava ter o direito de negociar diretamente com o governo, e isso começa agora”, conta.

O autor do projeto, senador Antonio Anastasia, agradeceu sobre a condução dos trabalhos e decisão de voto por telefone durante a votação, e também

divulgou a satisfação por meio de conta pessoal no twitter, onde explicou que “muitos não entendem a importância da proposta. Ela beneficia não só servidores, mas a Administração e cidadãos, evitando embates e greves”.

O Projeto de Lei que teve início em 2015 no Senado estava parado na Câmara dos Deputados desde então. Foi apresentado à CTASP em audiência pública com representantes de diferentes sindicatos e como votação no final de junho (dias 27 e 28, respectivamente). Após pedido de

vistas pelos deputados Daniel Vilela (PMDB/GO), Daniel Almeida (PCdoB/BA), André Figueiredo (PDT/CE) e Wolney Queiroz (PDT/PE), com base em pedidos do governo, a decisão foi transferida para hoje (5). Na reunião, houve novamente um pedido de transferência para outra semana, mas por fim, o resultado foi favorável ao projeto. Agora, o projeto segue para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e, se aprovado, será enviado para a sanção presidencial.



## “Responsabilidade da Advocacia-Geral da União é ampliada”

Aprovação do Projeto de Lei Complementar 337/2017, que ao modificar a Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, insere a Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria-Geral do Banco Central como órgãos de direção superior da Advocacia-Geral da União.

A medida revoga dispositivos das Leis nº 9.028 de 1995, que dispõe sobre o exercício das atribuições institucionais da Advocacia-Geral da União, e 10.480, de 2002, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União.

## PLs apreciados para o fortalecimento do Serviço Público

- ❑ **PL – 3266/2015**, do deputado Vicentinho (PT/SP) e relatoria de Orlando Silva (PCdoB/SP). Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal da Região Noroeste Paulista – UFNP, com a sede e foro no Município de Jales - SP.
- ❑ **PL 4500/2016**, do sr Kaio Maniçoba e relatoria de Wolney Queiroz (PDT/PE). Autoriza o Poder Executivo a instituir a Universidade Federal do Araripe, com sede na cidade de Araripina, no Estado de Pernambuco. A nova universidade tem a proposta de beneficiar 41 municípios pernambucanos, onde vivem mais de 1 milhão de pessoas; 25 municípios cearenses, com quase 900 mil habitantes e 66 municípios piauienses, com população superior a 500 mil.
- ❑ **PL-4389/2016** do sr Wilson Filho e relatoria de Alex Canziani (PTB-PR). Autoriza o Poder Executivo a criar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão da Paraíba (IFSPB), por desmembramento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFPB.
- ❑ **PL - 5379/2016** do sr Wilson Filho e relatoria de Jorge Côrte Real (PTB-PE). Autoriza o Poder Executivo a criar Universidade Rural Federal da Paraíba (URFPB), no município de Areia, PB, mediante transformação e utilizando a infraestrutura do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal da Paraíba.

## institucional

# Ministros convidados a dialogar

por ascom.ctasp com Lis Gabriela Cappi

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit. Nam malesuada sapien eu nibh. Mauris sed nulla quis nisi interdum tempor. Suspendisse potenti. Curabitur risus urna, placerat et, luctus pulvinar, auctor vel, orci. Vestibulum ante ipsum primis in faucibus orci luctus et ultrices posuere cubilia Curae; Vivamus eu orci. Pellentesque ac turpis. Fusce consectetur tellus ut nisl. Nulla blandit justo a metus. Praesent semper, neque vel condimentum hendrerit, lectus elit pretium ligula, nec consequat nisl velit at dui. Mauris et dolor. Nam malesuada sapien eu nibh.

In hac habitasse platea dictumst. Pellentesque et arcu. Donec ut urna. Aenean ligula. Mauris ac

massa vestibulum nisl facilisis viverra. Donec sit amet enim. In tempus urna. Ut venenatis. Vestibulum ante ipsum primis in faucibus orci luctus et ultrices posuere cubilia Curae; Suspendisse potenti. Duis sem velit, ultrices et, fermentum auctor, rhoncus ut, ligula. Nunc metus. Maecenas viverra. Suspendisse potenti. Nulla sagittis condimentum ligula. Etiam cursus purus interdum libero. In hac habitasse platea dictumst. Quisque facilisis, urna sit amet pulvinar mollis, purus arcu adipiscing velit, non condimentum diam purus eu massa. Vivamus feugiat. Curabitur nunc ante, ullamcorper vel, auctor a, aliquam at, tortor.

Quisque aliquam, nulla ac scelerisque convallis, nisi ligula sagittis risus, at nonummy arcu urna pulvinar nibh. In hac habitasse platea dictumst. Nulla sagittis condimentum ligula. Sed non ipsum. Nam laoreet dui sed magna. Nam laoreet dui sed magna. Praesent semper, neque vel condimentum hendrerit, lectus elit pretium ligula, nec consequat nisl velit at dui. In hac habitasse platea dictumst. Aliquam imperdiet lobortis metus. Vestibulum viverra varius enim. Integer risus velit, facilisis eget, viverra et, venenatis id, leo. Vivamus posuere, ante eu tempor dictum, felis nibh facilisis sem, eu auctor metus nulla non lorem. Aenean ligula. Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing

## Direitos no mundo do trabalho

# Seminário discutiu racismo e discriminação contra população LGBT no mundo do trabalho



*Marcelo Caetano, Alcemir Freire e Silvia Cavalleire durante 14º Seminário LGBT - TRANSição Cidadã: nossas vidas importam - foto: Lis Cappi/AsCom@CTASP*

As dificuldades de inserção profissional para a comunidade negra e LGBT motivou a realização do evento, requerido pelo deputado Orlando Silva (PCdoB/SP), como desdobramento das discussões promovidas durante o 14º Seminário LGBT do Congresso Nacional e assim contribuir com reflexões que promovam políticas garantidoras de Direitos à Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT) e à população negra.

Com o título "LGBTfobia e Racismo no Mundo do Trabalho", o seminário trouxe especialistas e convidados para discutir as dificuldades de acesso ao trabalho e para apontar mudanças que proporcionem uma melhor condição para negros e a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT).

Um dos temas-chave do seminário será a inserção trabalhista de transexuais e travestis no mundo do trabalho formal, tendo em vista que 90% dessa população tem, ou já teve, a necessidade de utilizar-se da prostituição como fonte de renda, segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra).

# LGBT Fobia e Racismo no mundo do trabalho

por ascom.ctasp com Lis Gabriela Cappi

## “Sobre a necessidade de se democratizar o acesso ao mercado trabalho

O Seminário sobre LGBTFobia e Racismo trouxe, por meio de palestrantes, diferentes pontos de discussão sobre as dificuldades de inserção e equidade profissional que os negros e comunidade LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis) enfrentam.

“Quando eles olham pra você, a vaga já foi preenchida”. A citação que representa a dificuldade de inserção profissional de transexuais e travestis de Thyna Rodrigues, presidente da Antrac (Associação de Travestis do Ceará), foi apresentada pelo psicólogo social Vinício Brígido no Seminário LGBTFobia e Racismo no Mundo do Trabalho. Outros pontos abordados pelo também pesquisador da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) foram a importância social que o trabalho representa e como ele pode servir de ferramenta para a construção de uma sociedade melhor.

Ao ser a principal atividade exercida dentro da sociedade, tanto por garantir proveniência financeira quanto pelo alto tempo de dedicação para a prática, o trabalho se assume como um espaço essencial para todos os cidadãos. Mas ao perceber que este ambiente não oferece oportunidades para todos os membros sociais, tem-se as questões: o que é necessário ter para ter acesso a um cargo? Qual qualificação é necessária para a devida inserção profissional? Qual a razão de uma pessoa que já possui boas competências estar à margem desse espaço?

Vinício Brígido comenta sobre essas questões ao relatar que “no Brasil, as pessoas que não se enquadram como brancas, letradas, cis [que se identifica com o sexo com o qual nasceu], heterossexuais e de classe detentora de poder econômico acabam tendo seus direitos cessados e suas vozes caladas”. Em outras palavras, faltam vagas para negros, homossexuais e travestis.

O preconceito racial no mercado de trabalho pode ser negado por empregadores, mas é facilmente percebido quando os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do

quarto trimestre de 2016 apontam que: a taxa de desemprego no Brasil é maior entre a população negra (14,4%), seguido da população parda (14,1%) e, em menor proporção, para o grupo de brancos (9,5%). No período, a média de desemprego no país estava classificada em 12%, e a menor parte desses desocupantes eram brancos.

Além de menor espaço no cenário do trabalho formal, é comprovado que, mesmo sendo a maior parte da população (50,7%) negros recebem os menores salários e enfrentam mais barreiras para ocupar altos cargos. A mesma pesquisa mostra que a média salarial no Brasil é de R\$ 2.043. E enquanto brancos recebem mais que esse valor (R\$ 2.660), o salário de pardos e negros chega quase a metade do recebido por brancos, com a média de R\$ 1.480 e R\$ 1.461, respectivamente.

A grande diferença entre as funções de trabalho é constatada em uma pesquisa de 2016 do Instituto Ethos, em que negros não fazem parte nem de 10% em altos cargos do mundo do trabalho. Entre as posições de gerência, apenas 6,3% pertencem a negros. O número é melhor nos cargos executivos, onde estão em 4,7%. Entre as mulheres o número é menor, chegando a 1,6% de

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DO TRABALHO  
Secretaria de Políticas de Emprego e Salário



especial

# LGBTFOBIA & RACISMO

no mundo do trabalho

CARTEIRA DE TRABALHO  
E PREVIDÊNCIA SOCIAL

*Leia a publicação digital em:  
<http://camara.leg.br/ctasp>*

Comissão de  
Trabalho, de Administração  
e Serviço Público



CÂMARA DOS  
DEPUTADOS



Participantes convidados para o Seminário LGBTfobia e Racismo no mundo do trabalho - foto: Richard Silva/PCdoB na Câmara

representação na gerência e 0,4% no executivo.

Já o grupo de transexuais e travestis enfrentam uma situação ainda pior. 10% de toda essa população possui empregos formais, em sua maioria cargos relacionados ao não uso da imagem, como telemarketing, ou em serviços públicos, onde a seleção se dá por meio de provas e não processos seletivos tradicionais. A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) aponta que os 90% da população trans tem a prostituição como única alternativa de trabalho.

Alessandra Makeda é tradutora e ativista, e também foi uma das palestrantes do seminário. Ela reforçou o fato de que esse alto número na prostituição está totalmente relacionado com a falta de aceitação de empregadores, e que a não colocação, em muitos casos, é um reflexo do preconceito. “Mesmo tendo uma formação educacional com habilidades em mais de cinco idiomas, enfrentei, e ainda enfrente, dificuldades para inserção no mercado de trabalho”.

A tradutora trouxe outros dados sobre a comunidade transexual. Entre eles, que 70% da população no Rio de Janeiro está desempregada, e que 30% desse número está em situação de rua. Esse ponto chega, pois, “você não tem condições de viver, não tem condição de morar então estabelece vínculos e acaba indo para a rua”, explicou.

Enfrentando o preconceito

A organização Transgender Europe elencou o Brasil como o país com os maiores índices de violência contra a população transexual no mundo. E a base para todas essas questões é o preconceito. O presidente da União LGBT, Andrey Lemos, reforçou o quanto esse comportamento “machista, sexista, racista, LGBTfóbico da sociedade, e o quanto os aspectos culturais enraizados no patriarcado e no escravagismo tem violentado e tem ceifado vidas”, enfatizando que isso é o “responsável pela violência contra essas pessoas”.

leda Leal, vice-presidente da Central Única dos Trabalhadores

de Goiás (CUT-GO) explica que a maneira de se reverter a postura preconceituosa é abrindo o espaço de diálogo, e “fazer um debate sem medo. Conversar na igreja, família, onde for”, diz. Com coragem de “dizer não ao racismo, a homofobia, à lesbofobia, à transfobia. Não é uma tarefa fácil, mas temos que trazer o povo para perto da gente, para que a gente possa continuar construindo um mundo melhor”, conclui.

### Sobre o seminário

O LGBTfobia e racismo no mundo do trabalho foi um evento produzido pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) sob pedido do presidente da Comissão, deputado Orlando Silva (PCdoB/SP). Os parlamentares Jô Moraes (PCdoB/MG), Vicentinho (PT/SP), Erika Kokay (PT/DF) e Jean Wyllys (Psol/RJ) participaram do evento durante o dia.

Todos os deputados citados concordam que é necessário discutir medidas inclusivas para democratização do acesso ao mercado de trabalho.

# Comissão de Trabalho defende investimentos para qualificação social e profissional de trabalhadores para LOA 2018

por ascom.ctasp, com Lis Gabriela Cappi

“Além da ação, pontos como aumento do atendimento para o seguro desemprego, fomento da economia solidária e estudos para formação de trabalho e renda também fazem parte das sugestões de Emendas para o PLOA 2018 na CTASP. Ao todo, o investimento direcionado pelos parlamentares foi de 520 milhões

A qualificação social e profissional de trabalhadores foi a sugestão de maior valor em Emendas encaminhadas ao Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias (LOA) de 2018 da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP). Para a causa, os parlamentares deliberaram que sejam solicitados R\$ 150 milhões ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Outras três medidas eleitas também como sugestão foram: a manutenção, modernização e ampliação da rede de atendimento do Programa Seguro-Desemprego com o investimento de R\$ 100 milhões; o fomento e fortalecimento da economia solidária, avaliado em

R\$ 100 milhões; e estudos, pesquisas e geração de informações sobre trabalho, emprego e renda, com a base de R\$ 20 milhões.

Ao todo foram indicadas 18 sugestões de emendas pelos deputados que fazem parte da Comissão. As quatro escolhidas foram unificadas para contemplar diferentes pedidos dos parlamentares, e, de acordo com os membros, contemplar mais diretamente a proposta da CTASP.

Deputados proponentes

Em relação a qualificação dos trabalhadores, foram adotadas as sugestões dos deputados André Figueiredo (PDT/CE) e Cabo

Sabino (PR/CE). Para o fomento da Economia Solidária, dos parlamentares Orlando Silva (PCdoB/SP), Flávia Moraes (PDT/GO), André Figueiredo (PDT/CE) e Gorete Pereira (PR/CE); em assistência ao programa seguro-desemprego, dos deputados André Figueiredo (PDT/CE) e Cabo Sabino (PR/CE); e para estudos e pesquisas, dos parlamentares Bohn Gass (PT/RS) e Orlando Silva (PCdoB/SP).

Tramitação

Agora, as emendas sugeridas pela Comissão de Trabalho estão em análise da Comissão Mista de Orçamento da Câmara, onde serão avaliadas em relação a valores e mérito.

## Seminário | Reindustrialização

# Os desafios da reindustrialização do Brasil

por Ana Luiza Bitencourt - Ascom da liderança PCdoB na Câmara



*Desafios para a Reindustrialização Nacional - foto: Richard Silva/PCdoB na Câmara*

Um dos grandes desafios do Brasil na atualidade é vencer o seu processo de desindustrialização. É necessário retomar o desenvolvimento nacional através de uma reindustrialização consistente. Este foi o tema do seminário “Desafios para a Reindustrialização Nacional” requerido pelo deputado Orlando Silva e realizado no dia 07 de novembro pela CTASP.

O debate, que durou quatro horas,

foi dividido em duas mesas. A primeira tratou de uma análise da política econômica nas últimas décadas nos setores de comércio, indústria e inovação. Foram reunidos e apresentados dados pelos palestrantes que dão a dimensão da participação do Brasil no desenvolvimento industrial mundial. Palestraram o professor Gilberto Bercovici, da Faculdade de Direito da USP; Flávio Castelo Branco, gerente-executivo de política econômica

da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Carlos Alexandre Jorge da Costa, diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES); Marina Mattar, coordenadora-executiva da Comissão de Relações Governamentais da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim);

Na segunda mesa, os participantes levantaram e discutiram pontos sobre a

# DESAFIOS para REINDUSTRIALIZAR O BRASIL



## INDUSTRIA 4.0

Robôs automatizados  
Manufatura aditiva  
Simulação  
Integração de sistemas  
Internet das coisas industrial  
Big Data e Analytics  
Computação em Nuvem  
Segurança cibernética  
Realidade aumentada

*Leia a publicação digital em:  
<http://camara.leg.br/ctasp>*

Comissão de  
Trabalho, de Administração  
e Serviço Público

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

evolução da indústria em si, os próximos passos até o país conseguir alcançar a 4ª Revolução Industrial, como outros países reagem a essas mudanças e quais são as prioridades e posicionamentos recomendados. Palestraram João Emílio Padovani Gonçalves, Gerente-Executivo de Política Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Ronaldo Carmona, pesquisador do Departamento de Geografia da USP; Carmen Feijó, professora da Faculdade de Economia da UFF; Luiz Augusto Souza Ferreira, presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial.

A discussão girou em torno da construção de uma agenda de convergência, com o intuito de retomar o desenvolvimento do setor industrial no Brasil. Neste

momento de crise, estão combinados aspectos políticos e econômicos e “é evidente que essa tensão toda se reflete no Parlamento, mas precisamos evoluir desse processo de semi-estagnação da indústria no qual estamos enquadrados”, apontou o deputado Orlando Silva ao iniciar o seminário.

A política industrial de um país é um dos mais importantes aspectos para a construção de um projeto de futuro. Setor industrial forte implica necessariamente em uma correlação com demais áreas, possibilitando maior geração de renda, mais empregos e até a tão almejada estabilidade econômica.

Mesmo diante de indicadores que apontam discreta melhora, a crise na indústria brasileira segue se aprofundando. Pesquisa do

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada na última semana, apontou um crescimento de 2,6% na produção industrial se comparado ao ano passado, mas o próprio IBGE confirma que o patamar da produção está 17,4% abaixo do pico registrado em 2013.

A conclusão dos debates promovidos no seminário foi o de que o futuro já chegou e está à porta. O mundo avança a passos largos para a 4ª Revolução Industrial. Para a maioria dos especialistas, a falta de uma política industrial fez o Brasil estagnar, e o principal desafio para evoluir é estabelecer em qual direção seguir. Não há como consolidar uma reindustrialização destruindo os setores elétrico, energético e petrolífero, como vem sendo feito.



*Desafios para a Reindustrialização Nacional - foto: Richard Silva/PCdoB na Câmara*

CTASP



2017

00:00

237

Proposições

Aprovadas

Comissão de  
Trabalho, de Administração  
e Serviço Público



CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

## Desafios para o legislativo

# Defender o trabalho é garantir o desenvolvimento do país

por Flávia Gianini - Jornalista

“Os desafios para o desenvolvimento do Brasil passam por lutar contra a desigualdade e uma das principais fórmulas é a defesa do trabalho e a garantia do emprego

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados é uma das mais antigas desta casa. A partir da Resolução de 15 de setembro de 1936 ela foi criada e, mesmo que no decorrer dos anos nem sempre tenha tratado exclusivamente dos assuntos acima referidos ou tenha sido chamada unicamente por este nome, a expectativa sempre foi que a mesma servisse como uma trincheira de defesa abrangente dos trabalhadores urbanos e rurais, dos servidores públicos federais e das matérias pertinentes à Administração Pública.

A composição parlamentar desses órgãos técnicos é renovada a cada ano em sessão legislativa com o objetivo de manter sua autonomia e imparcialidade. Na ação fiscalizadora, as Comissões atuam como mecanismos de controle dos programas e projetos executados ou em execução, a cargo do Poder Executivo; e perduram enquanto constarem do Regimento Interno.

No âmbito da CtasP ao longo de 2017, foram estudados todos os

dados, antecedentes, circunstâncias e conveniência de um projeto que afetasse o trabalho. Neste espaço, os membros da comissão viveram uma ampla discussão, com liberdade para expressão das opiniões e formação do consenso para emitir pareceres que orientaram o Plenário na apreciação das matérias trabalhistas. Os desafios foram muitos e continuam em 2018, mas os lutadores serão outros.

### Compromisso

Para o presidente da CtasP em 2017, o deputado Orlando Silva, é esperado dos novos membros o comprometimento com a defesa incansável do trabalho em um cenário político e economicamente instável e que em caso de turbulência, a pergunta “Como esta comissão pode contribuir para a saída da atual crise brasileira?” seja o Norte. “Sabemos que está em curso uma duradoura onda conservadora, que impõe uma agenda nociva aos trabalhadores, à democracia e à soberania das nações. Esta comissão tem o dever de resistir e defender sempre um projeto de nação soberana, desenvolvida e democrática”, afirma Silva.

Matérias que dizem respeito ao mundo do trabalho devem ter sempre uma discussão mais aprofundada. Para Orlando Silva, é preciso preservar os direitos dos

trabalhadores e retomar as possibilidades de crescimento econômico. “Queremos que a Câmara e o Senado discutam com tempo qualquer modificação na legislação trabalhista, para que não sejam retirados direitos dos trabalhadores e também não haja insegurança jurídica”, explicou. “Temos que garantir a retomada da geração de empregos no país”, ressalta.

A CtasP é um espaço de parlamentares das mais variadas posições ideológicas e assim, democraticamente, é preciso avançar no debate e enfrentar o desafio de voltar a gerar empregos no país. Em 2017, Orlando diz que a CtasP apostou na valorização do mercado de trabalho, que gera emprego e renda no Brasil, nos investimentos em ciência e tecnologia, na ampliação das relações comerciais para abrir mercado para os produtos brasileiros, na redução da taxa de juros, e na máxima de que o Estado deve financiar o desenvolvimento nacional.

“Com um trabalho democrático e plural, e dando atenção ao diálogo, espero que esta Comissão siga rumo ao desenvolvimento que precisamos e tanto depende do trabalho e do trabalhador. Boa sorte ao próximo colega que carregará a missão de seguir esta luta com orgulho”, finalizou o presidente.

## Tramitações

# Comissão aprova 237 Projetos de Lei em benefício da sociedade

## Projetos aprovados em 2017

### Período de 01/02/17 a 13/12/17

- PL-3266/2015 VICENTINHO - Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal da Região Noroeste Paulista.  
Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Orlando Silva (PCdoB-SP), pela aprovação. Em 05/04/17.
- PL-4500/2016 KAIO MANIÇOBA - Autoriza o Poder Executivo a instituir a Universidade Federal do Araripe.  
Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Wolney Queiroz, pela aprovação, com emenda. Em 05/04/17.
- PL-563/2011 LINDOMAR GARÇON - Dispõe sobre a garantia de cursos profissionalizantes e estágios a adolescentes residentes em orfanatos e/ou abrigos.  
Aprovado por Unanimidade o Parecer da Relatora, Dep. Flávia Moraes (PDT-GO), pela aprovação deste, nos termos do Substitutivo da Comissão de Educação. Em 19/04/17. Apresentou voto em separado o Deputado Laercio Oliveira.
- PL-1793/2011 DANILO FORTE - Altera o § 2º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993, a fim de disciplinar a forma de publicação do registro de preços no âmbito da Administração Pública.  
Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Benjamin Maranhão (SD-PB), pela aprovação. Em 19/04/17.
- PL-2043/2011 RICARDO IZAR - Regula o exercício da profissão de paisagista e dá outras providências.  
Aprovado o Parecer da Relatora, Dep. Flávia Moraes, pela aprovação deste e das Emendas nºs 1 e 2 da Comissão de Educação, nos termos do Substitutivo aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Urbano, com as subemendas nºs 1 e 2. Em 19/04/17. Contra o voto do Deputado Augusto Coutinho, que apresentou voto em separado.
- PL-4995/2013 PAULO MAGALHÃES - Acrescenta parágrafo ao art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações.  
Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. André Figueiredo (PDT-CE), pela aprovação deste, e do PL 5782/2013, apensado, com substitutivo. Em 19/04/17.
- PL-2750/2015 ANDRÉ FIGUEIREDO - Aplica o disposto nos art. 3º, I, "a" e "b", e art. 4º, § 2º, I, "a" e II "a", "b" e "c", e § 4º da Lei n. 7.998/1990, com a redação dada pela Lei n.13.134/2015, aos trabalhadores desempregados que, no período de vigência do art. 1º e do art.4º, III, da Medida Provisória n. 665/2014, compreendido entre 28 de fevereiro e 16 de junho de 2015, atendiam às condições, requisitos e exigências previstos naquela lei, para fins de obtenção, majoração ou ampliação do número de parcelas do benefício do seguro desemprego, assegurando-se os direitos adquiridos.  
Aprovado por Unanimidade o Parecer da Relatora, Dep. Flávia Moraes, pela aprovação deste e do PL 4040/15, apensado, com substitutivo. Em 19/04/17.
- PDC-528/2016 COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL - Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática Socialista do Sri Lanka sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Partes dos Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, celebrado em Brasília, em 8 de fevereiro de 2013.  
Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Daniel Almeida (PCdoB-BA), pela aprovação. Em 19/04/17.
- PDC-558/2016 COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL - Aprova o texto do Acordo sobre o Programa de Férias-Trabalho entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, assinado em Brasília, em 12 de dezembro de 2013.  
Aprovado por Unanimidade o Parecer da Relatora, Dep. Jozi Araújo, pela aprovação. Em 19/04/17.

- PL-3145/2008 ALICE PORTUGAL - Dispõe sobre a contratação de assistentes sociais.  
Aprovado por Unanimidade o Parecer da Relatora, Dep. Flávia Moraes, pela aprovação, com substitutivo. Em 26/04/17. Apresentaram votos em separado os Deputados Assis Melo e Laercio Oliveira
- PL-746/2011 FELIPE BORNIER - Modifica as Leis nº 8.987, de 1995, e nº 10.233, de 2001, para permitir que o comportamento da demanda seja tomado como critério para a diferenciação de tarifa.  
Aprovado por Unanimidade o Parecer da Relatora, Dep. Flávia Moraes, pela aprovação deste e da Emenda adotada pela CVT, com substitutivo. Em 26/04/17.
- PL-4001/2012 SENADO FEDERAL - VALDIR RAUPP - Acrescenta parágrafos ao art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o abandono de emprego.  
Aprovado por Unanimidade o Parecer da Relatora, Dep. Flávia Moraes, pela aprovação deste, com substitutivo, e da Emenda apresentada ao Substitutivo na CTASP. Em 26/04/17. Apresentou voto em separado o Deputado Silvio Costa.
- PL-5465/2013 JANETE ROCHA PIETÁ - Dispõe sobre a jornada de trabalho dos trabalhadores e trabalhadoras que exercem atividades exaustivas de propaganda ou divulgação nas vias públicas.  
Aprovado por Unanimidade o Parecer da Relatora, Dep. Flávia Moraes, pela aprovação deste, e do PL 6863/2013, apensado, com substitutivo. Em 26/04/17.
- PL-5755/2013 DANREI DE DEUS HINTERHOLZ - Dispõe sobre a jornada, condições de trabalho e piso salarial dos biólogos e dá outras providências.  
Aprovado por Unanimidade o Parecer da Relatora, Dep. Gorete Pereira, pela aprovação com substitutivo. Em 26/04/17.
- PL-5827/2013 SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Dispõe sobre as custas devidas à União, na Justiça Federal de primeiro e segundo graus, e dá outras providências.  
Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. André Figueiredo, pela aprovação deste e da Emenda adotada pela Comissão de Finanças e Tributação, com substitutivo. Em 26/04/17.
- PL-483/2011 SENADO FEDERAL - PAULO PAIM - Acrescenta dispositivos ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir ao trabalhador deixar de comparecer ao trabalho para tratar de interesse particular ou para acompanhamento de atividade escolar de dependente.  
Aprovado o Parecer do Relator, Dep. Fábio Mitidieri, pela aprovação, com substitutivo. Em 03/05/17. Contra o voto da Deputada Gorete Pereira.
- PL-4705/2012 CARLOS BEZERRA - Altera a redação do "caput" do art. 143 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para determinar que os dez dias convertidos em abono pecuniário deverão ser remunerados acrescidos de um terço sobre a remuneração devida nos dias correspondentes.  
Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Vicentinho (PT-SP), pela aprovação deste e do PL 7989/2014, apensado, com substitutivo, e pela rejeição da Emenda 1/2013 da CTASP, com Complementação de Voto. Em 03/05/17.
- PL-6971/2013 JORGINHO MELLO - Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990 e a Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994 e dá outras providências.  
Aprovado por Unanimidade Parecer do Relator, Dep. Benjamin Maranhão (SD-PB), pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição do Substitutivo da CAPADR. Em 03/05/17.
- PL-2178/2015 CABO DACIOLO - Altera a Lei 1.234, de 14 de novembro de 1950, que "Confere direitos e vantagens a servidores que operam com Raios X e substâncias radioativas", para incluir os servidores diretamente expostos às radiações solares.  
Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Vicentinho, pela aprovação. Em 03/05/17.
- PL-4606/2016 PAULO PEREIRA DA SILVA - Altera o § 4º do art. 193 do Decreto-Lei nº 5.425, de 1º de maio de 1943, para incluir no rol de atividades perigosas a profissão de leiturista de energia elétrica e leiturista de gás.  
Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Orlando Silva (PCdoB-SP), pela aprovação. Em 03/05/17.
- PL-7500/2010 JORGE TADEU MUDALEN - Dá nova redação ao inciso II do art. 5º da Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975, e acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998, para dar competência aos Conselhos Federais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional e ao de Educação Física para criar normas de referências relativas à proporcionalidade entre alunos e profissionais nos estabelecimentos que demandam as atividades por esses fiscalizadas.  
Aprovado por Unanimidade o Parecer da Relatora, Dep. Flávia Moraes (PDT-GO), pela aprovação deste, nos termos do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família. Em 10/05/17.

- PL-668/2011 POLICARPO - Regulamenta o exercício da profissão do Auxiliar de Farmácias e Drogarias  
Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Daniel Almeida (PCdoB-BA), pela aprovação deste e do PL 3.360/2012, apensado, com substitutivo. Em 10/05/17. Apresentou voto em separado o Deputado Laercio Oliveira
- PL-6060/2013 COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - Acrescenta os dispositivos que menciona da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.  
Aprovado por Unanimidade Parecer da Relatora, Dep. Gorete Pereira (PR-CE), pela aprovação. Em 10/05/17.
- PL-6136/2013 FERNANDO FRANCISCHINI - Determina às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica que realizem chamadas públicas para aquisição de energia elétrica proveniente de centrais hidrelétricas com capacidade instalada de 100 kW a 30.000 kW.  
Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Jorge Côrte Real (PTB-PE), pela aprovação, com emenda. Em 10/05/17.
- PL-6455/2013 MARCOS MONTES - Dá nova redação à Lei nº 7.377, de 30 de setembro de 1985, e autoriza a criação do Conselho Federal de Secretário e Técnico de Secretariado Executivo e os Conselhos Regionais de Secretariado Executivo e Técnicos de Secretariado Executivo.  
Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Daniel Almeida (PCdoB-BA), pela aprovação, com substitutivo. Em 10/05/17. Apresentou voto em separado o Deputado Fábio Mitidieri.
- PL-8042/2014 COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A APURAR DENÚNCIAS DE TURISMO SEXUAL E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, CONFORME DIVERSAS MATÉRIAS PUBLICADAS PELA IMPRENSA. - Dispõe sobre combate à exploração sexual de crianças e adolescentes em contratos públicos de grandes obras.  
Aprovado por Unanimidade o Parecer da Relatora, Dep. Erika Kokay (PT-DF), pela aprovação, com emenda. Em 10/05/17.
- PL-3516/2015 POMPEO DE MATTOS - Institui o Programa Obra Legal e o Selo Obra Pública Legal.  
Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Wolney Queiroz (PDT-PE), pela aprovação. Em 10/05/17.
- PL-6954/2010 SANDRO MABEL - Estabelece o Piso Salarial do Administrador e dá outras providências.  
Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Bebeto, pela aprovação deste, e do PL 8.247/14, apensado, com substitutivo. Em 17/05/17.
- PL-6694/2013 ARNALDO FARIA DE SÁ - Institui Cadastro de Peritos nos Órgãos de Fiscalização de Profissões Regulamentadas.  
Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Jorge Côrte Real (PTB-PE), pela aprovação, com emenda. Em 17/05/17.
- PL-4210/2015 MARCELO BELINATI - Institui a obrigatoriedade do uso de torneira com temporizador de vazão, em todos os órgãos públicos, com o intuito de evitar o desperdício de água.  
Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Orlando Silva (PCdoB-SP), pela aprovação, com substitutivo. Em 17/05/17.
- PL-4975/2016 ALBERTO FRAGA - Altera o §1º do art. 852-B da Consolidação das Leis do Trabalho -CLT, para determinar a conversão do procedimento sumaríssimo em procedimento ordinário em face da necessidade de citação por edital.  
Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. André Figueiredo (PDT-CE), pela aprovação, com substitutivo. Em 17/05/17.
- PL-5664/2016 ZÉ SILVA - Institui o Sistema de Obras Públicas (SisOP).  
Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. André Figueiredo (PDT-CE), pela aprovação. Em 17/05/17.
- PL-6789/2016 CELSO RUSSOMANNO - Obriga a contratação de seguro para os serviços de entrega que se utilizam de motocicletas ou veículos afins.  
Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Daniel Almeida (PCdoB-BA), pela aprovação deste e da Emenda 1/06 apresentada na CTASP, e pela rejeição dos PLs nºs 7.169/06 e 724/07, apensados, e da Emenda 1/07 apresentada na CTASP. Em 31/05/17.
- PL-6947/2010 LUIS CARLOS HEINZE - Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para modificar a composição e as atribuições do Conselho Nacional de Política Agrícola.  
Aprovado por Unanimidade o Parecer Vencedor da Dep. Erika Kokay (PT-DF), pela aprovação, com substitutivo. Em 31/05/17. O parecer do Relator, Dep. Augusto Coutinho, passou a constituir Voto em Separado.
- PL-2219/2011 SENADO FEDERAL - SÉRGIO ZAMBIASI - Altera a Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, para dispor sobre o registro do Tecnólogo em Administração nos Conselhos Regionais de Técnicos de Administração (CRTA).

- Aprovado por Unanimidade Parecer da Relatora, Dep. Erika Kokay (PT-DF), pela aprovação deste, e do PL 7493/14, apensado, com substitutivo. Em 31/05/17.
- PL-447/2015 DÉCIO LIMA - Altera o inciso II do art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT para incluir os Agentes das Autoridades de Trânsito nas atividades perigosas
- Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Vicentinho (PT-SP), pela aprovação. Em 31/05/17.
- PL-2176/2015 PAULO TEIXEIRA - Altera o caput do art. 775 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer que na contagem dos prazos processuais serão computados apenas os dias úteis.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Jorge Côrte Real (PTB-PE), pela aprovação deste e dos PLs nºs 4.540/16, 4.750/16, 5.039/16 e 6.823/17, apensados e da Emenda nº 1/15 da CTASP, com substitutivo. Em 31/05/17.
- PL-4578/2016 LUIZ COUTO - Altera a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, para dispor sobre a permissão de uso de terrenos da União para a implantação de hortas comunitárias.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. André Figueiredo (PDT-CE), pela aprovação deste, na forma do Substitutivo adotado da CAPADR. Em 31/05/17.
- PLP-337/2017 PODER EXECUTIVO - Altera a Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, que institui a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer da Relatora, Dep. Soraya Santos (PMDB-RJ), pela aprovação, com emendas. Em 31/05/17.
- PL-2021/2011 JOÃO ARRUDA - Determina a disponibilização, pelos órgãos da administração pública, de canal sem fio para acesso universal e gratuito à rede mundial de computadores pela população.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Daniel Almeida, pela aprovação, com substitutivo. Em 07/06/17.
- PDC-545/2012 PEDRO UCZAI - Sustenta os efeitos da Portaria nº 3.204 do Ministério do Trabalho, de 18 de agosto de 1988.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Benjamin Maranhão (SD-PB), pela aprovação. Em 07/06/17.
- PL-6650/2013 CARLOS BEZERRA - Altera a redação do art. 11 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de estabelecer a interrupção do prazo prescricional em caso de Ação Civil Pública.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer da Relatora, Dep. Flávia Morais, pela aprovação, com emenda. Em 07/06/17.
- PL-3568/2015 LINCOLN PORTELA - Acrescenta artigo à Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências, para permitir a concessão e a percepção do benefício aos inscritos em cadastro de empregadores ou em conselhos de fiscalização profissional.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Lucas Vergílio (SD-GO), pela aprovação deste, e do PL 4795/2016, apensado, com substitutivo. Em 07/06/17.
- PL-6430/2016 MARIANA CARVALHO - Acrescenta artigo à Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para dispor sobre a utilização de papel reciclado pela administração pública.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer da Relatora, Dep. Flávia Morais (PDT-GO), pela aprovação. Em 07/06/17.
- PL-3891/2012 LELO COIMBRA - Dispõe sobre a isenção de foros, laudêmios, taxas, cotas, aluguéis e multas nos terrenos de marinha para maiores de sessenta anos.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer da Relatora, Dep. Erika Kokay (PT-DF), pela aprovação deste, e do PL 951/2015, apensado, com substitutivo. Em 28/06/17.
- PL-4071/2012 COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - Altera a Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998, para incluir as pessoas físicas empregadoras rurais e urbanas entre os contribuintes da Contribuição para o Programa de Integração Social.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer da Relatora, Dep. Erika Kokay (PT-DF), pela aprovação. Em 28/06/17.
- PL-5812/2013 FERNANDO JORDÃO - Dispõe sobre a regulamentação da Classe de Marinheiro de Esportes e Recreio.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. André Figueiredo (PDT-CE), pela aprovação deste e do PL 6106/2013, apensado, na forma do Substitutivo 1 da CVT. Em 28/06/17.
- PL-1440/2015 JOSE STÉDILE - Autoriza a cobrança pelos Municípios da utilização de vias públicas por concessionárias de serviço público com a instalação de infraestrutura e determina a repartição da receita da cobrança pela outorga de direito de uso de recursos hídricos.

- Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Lucas Vergilio, pela aprovação, com emenda. Em 28/06/17.
- PL-1658/2015 LUIZ LAURO FILHO - Assegura aos Municípios, a atualização dos valores repassados para a execução de programas federais.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Lucas Vergilio, pela aprovação. Em 28/06/17.
- PDC-239/2015 CELSO RUSSOMANNO - Susta os efeitos do art. 2º e seu parágrafo único do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007 por exorbitar o teor o art. 2º e 3º Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, que disciplina sobre o retorno dos anistiados, nas condições que menciona.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Lucas Vergilio (SD-GO), pela aprovação. Em 28/06/17.
- PL-4256/2016 PODER EXECUTIVO - Autoriza o Poder Executivo a doar área para a instalação da Embaixada da República de Cabo Verde.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. André Figueiredo (PDT-CE), pela aprovação. Em 28/06/17.
- PL-4607/2016 JOVAIR ARANTES - Dispõe sobre a concessão de financiamentos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social a micro e pequenas empresas.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Wolney Queiroz (PDT-PE), pela aprovação. Em 28/06/17.
- PL-5028/2016 TIA ERON - Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para acrescentar salvaguardas contra práticas discriminatórias na oferta de estágio a estudantes.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. André Figueiredo (PDT-CE), pela aprovação. Em 28/06/17.
- PL-675/2015 JOÃO RODRIGUES - Dá nova redação ao inciso I do § 2º do art. 7º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e acrescenta § 2º-A ao mesmo dispositivo, para estabelecer regras relacionadas à obtenção de licenciamento ambiental de obras e serviços
- Aprovado o Parecer Vencedor, Dep. Erika Kokay (PT-DF), pela rejeição. Em 05/07/17. Contra os votos dos Deputados Laercio Oliveira e Benjamin Maranhão. O parecer do Relator, Dep. Benjamin Maranhão, passou a constituir Voto em Separado.
- PL-3831/2015 SENADO FEDERAL - ANTONIO ANASTASIA - Estabelece normas gerais para a negociação coletiva na administração pública direta, nas autarquias e nas fundações públicas dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer da Relatora, Dep. Alice Portugal (PCdoB-BA), pela aprovação. Em 05/07/17.
- PL-3861/2015 COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - Altera a Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015, dispondo sobre a obrigatoriedade da construção integrada de dutos para passagem de redes de telecomunicações em obras públicas de infraestrutura básica.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. André Figueiredo (PDT-CE), pela aprovação deste, e da Emenda Adotada pela CDU. Em 05/07/17.
- PL-4138/2015 RÔMULO GOUVEIA - Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para dispor sobre a responsabilidade do empregador que não fiscaliza o uso de Equipamento de Proteção individual (EPI).
- Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Cabo Sabino (PR-CE), pela aprovação, com substitutivo. Em 05/07/17. Apresentou voto em separado a Deputada Gorete Pereira.
- PLP-270/2016 SENADO FEDERAL - OTTO ALENCAR - Acrescenta §§ 5º e 6º ao art. 23 da Lei Complementar nº 101, de 4 maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para vedar a aplicação de sanções a Município que ultrapasse o limite para a despesa total com pessoal nos casos de queda de receita que especifica.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Wolney Queiroz (PDT-PE), pela aprovação. Em 05/07/17.
- PL-6847/2017 GOULART - Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Pedagogo
- Aprovado por Unanimidade o Parecer da Relatora, Dep. Flávia Morais (PDT-GO), pela aprovação. Em 05/07/17.
- PDC-627/2017 COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL - Aprova os textos da Convenção sobre o Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos (nº 189) e da respectiva Recomendação (nº 201), da Organização Internacional do Trabalho.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer da Relatora, Dep. Jô Moraes (PCdoB-MG), pela aprovação. Em 05/07/17.
- PL-6227/2013 WILSON FILHO - Regulamenta a profissão de garçom e dá outras providências.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Felipe Bornier (PROS-RJ), pela aprovação, com emendas. Em 12/07/17.

- PL-4007/2015 RÔMULO GOUVEIA - Dá nova redação ao art. 29 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, vedando a tarifação conjunta dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário em localidades sem acesso a rede coletora de esgoto.  
Aprovado por Unanimidade o Parecer da Relatora, Dep. Gorete Pereira (PR-CE), pela aprovação, com substitutivo. Em 12/07/17.
- PL-4841/2016 ALBERTO FRAGA - Permite a inclusão do esposo e do companheiro como dependentes das integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militares do Distrito Federal.  
Aprovado por Unanimidade o Parecer da Relatora, Dep. Gorete Pereira (PR-CE), pela aprovação. Em 12/07/17.
- PL-6299/2016 CABO SABINO - Reserva as mulheres 25% (vinte e cinco por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos na área de segurança pública.  
Aprovado por Unanimidade o Parecer da Relatora, Dep. Gorete Pereira (PR-CE), pela aprovação. Em 12/07/17.
- PL-7232/2017 ERIKA KOKAY - Dispõe sobre a regulamentação da profissão de contador de histórias e dá outras providências.  
Aprovado por Unanimidade o Parecer da Relatora, Dep. Jô Moraes (PCdoB-MG), pela aprovação. Em 12/07/17.
- PL-5658/2013 OTAVIO LEITE - Dispõe sobre a concessão de auxílio-alimentação aos empregados de condomínios e estabelece a dedução das despesas da base de cálculo do imposto de renda.  
Aprovado o Parecer Vencedor da Dep. Erika Kokay (PT-DF), pela rejeição. Em 09/08/17. Contra o voto do Deputado Felipe Bornier. O parecer do Relator, Dep. Felipe Bornier, passou a constituir Voto em Separado.
- PL-494/2015 CAPITÃO AUGUSTO - Altera o Decreto-Lei nº 667/69, que Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados e do Distrito Federal, e dá outras providências.  
Aprovado por Unanimidade o Parecer da Relatora, Dep. Erika Kokay (PT-DF), pela aprovação. Em 09/08/17.
- PL-507/2015 MAJOR OLIMPIO GOMES - Altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Território e do Distrito Federal, e dá outras providências.  
Aprovado por Unanimidade o Parecer da Relatora, Dep. Erika Kokay (PT-DF), pela aprovação deste e da Emenda de Relator 1 da CSPCCO. Em 09/08/17.
- PL-1566/2015 IRAJÁ ABREU - Dispõe sobre o cadastro nacional do registro comercial, e dá outras providências.  
Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Benjamin Maranhão (SD-PB), pela aprovação. Em 09/08/17.
- PL-1819/2015 LUCIANO DUCCI - Acrescenta dispositivo à Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que "Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências" e à Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que "Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)" e dá outras providências, para qualificar como ato de improbidade administrativa o atraso no repasse dos recursos financeiros necessários ao custeio das ações do Fies e do Pronatec em andamento.  
Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Lucas Vergílio (SD-GO), pela aprovação. Em 09/08/17.
- PL-1869/2015 FELIPE BORNIER - Institui a obrigatoriedade da realização de audiências públicas virtuais, transmitidas em tempo real, por meio digital na Rede Mundial de Computadores - Internet, como mecanismo de participação popular na gestão da Administração Pública, em apoio à Política Nacional de Participação Social (PNPS) e ao Sistema Nacional de Participação Social (SNPS).  
Aprovado por Unanimidade o Parecer da Relatora, Dep. Flávia Moraes (PDT-GO), pela aprovação. Em 09/08/17.
- PL-4149/2015 AUGUSTO CARVALHO - Torna obrigatória a instauração de sindicância e processo administrativo disciplinar no âmbito das empresas públicas, como fato gerador para rescisão do contrato de trabalho, ao empregado público que já tenha cumprido estágio probatório e dá outras providências.  
Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Walney Rocha (PEN-RJ), pela aprovação, com emendas. Em 09/08/17.
- PL-4819/2016 EDINHO BEZ - Dispõe sobre o trabalho de caráter solidário ou comunitário prestado por profissionais vinculados a conselhos de fiscalização profissional.  
Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Walney Rocha (PEN-RJ), pela aprovação. Em 09/08/17.
- PL-6079/2016 MÁRIO HERINGER - Disciplina o pagamento em atraso de bolsas e auxílios com recursos públicos, e dá outras providências.  
Aprovado por Unanimidade o Parecer da Relatora, Dep. Flávia Moraes (PDT-GO), com Complementação de Voto, pela aprovação, com substitutivo. Em 09/08/17.

- PL-7679/2010 ARNALDO FARIA DE SÁ - Dispõe sobre a imposição de multa às partes que interpuserem recursos meramente protelatórios na Justiça do Trabalho.
- Aprovado o Parecer Vencedor do Dep. Leonardo Monteiro(PT-MG), pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 773/2011, apensado. O parecer do Relator, Dep. Jorge Côrte Real, passou a constituir Voto em Separado. Em 16/08/17.
- PL-2221/2011 SENADO FEDERAL - ANA AMÉLIA - Acrescenta § 5º ao art. 60 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que "dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências", para estabelecer a vedação de alta programada durante o período de concessão do auxílio-doença.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Vicentinho (PT-SP), pela aprovação deste e do PL 5975/2013, apensado, nos termos do Substitutivo adotado na CSSF, com subemendas, e pela rejeição dos PLs 4845/2012, 5054/2013, e 5197/2013, apensados. Em 16/08/17.
- PL-6190/2016 ERIKA KOKAY - Dispõe sobre a valorização e o empoderamento das pessoas com deficiência nas peças publicitárias de órgãos da Administração Pública direta e indireta.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer da Relatora, Dep. Gorete Pereira (PR-CE), pela aprovação. Em 16/08/17.
- PL-6294/2016 NILTO TATTO - Acrescenta inciso ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que "dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências", a fim de permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador decorrente de condição de população em situação de rua.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer da Relatora, Dep. Erika Kokay (PT-DF), pela aprovação. Em 16/08/17.
- PL-6542/2016 MOISÉS DINIZ - Dispõe sobre a proibição de aplicação de provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e a realização de concursos públicos em todo o território nacional, aos sábados.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Orlando Silva (PCdoB-SP), pela aprovação. Em 16/08/17.
- PL-6545/2016 MARCO MAIA - Acrescenta artigo à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, a fim de dispor sobre a prioridade de tramitação de processos relacionados a acidente do trabalho.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Assis Melo (PCdoB-RS), pela aprovação. Em 16/08/17.
- PL-5218/2009 PAULO PIMENTA - Dispõe sobre a reserva de percentual de cargos e empregos, na Administração Pública Federal, a serem providos por pessoas portadoras de deficiência, nos termos do art. 37, VIII, da Constituição.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer da Relatora, Dep. Gorete Pereira (PR-CE), pela aprovação deste, e do Projeto de Lei 2485/11, apensado, pela aprovação parcial dos Projetos de Lei 1113/11, 233/15, 2048/15, 2057/15, apensados, com substitutivo; e pela rejeição dos PLs 1196/11, 2265/11, 3513/12 e 7467/14, apensados. Em 23/08/17.
- PL-4585/2012 RICARDO IZAR - Altera o Caput do art. 2º e acrescenta o inciso V ao art. 3º da Lei nº 9.784, de 29 de Janeiro de 1999, a qual dispõe sobre a regulamentação do processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer da Relatora, Dep. Alice Portugal (PCdoB-BA), pela aprovação. Em 23/08/17.
- PLP-50/2015 PAUDERNEY AVELINO - Altera a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que "Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências".
- Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Benjamin Maranhão (SD-PB), pela aprovação. Em 23/08/17.
- PL-2444/2015 COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A APURAR AS CAUSAS, RAZÕES, CONSEQUÊNCIAS, CUSTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DA VIOLÊNCIA, MORTE E DESAPARECIMENTO DE JOVENS NEGROS E POBRES NO BRASIL - Torna inadimplente de acordo com as disposições da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, o Município que deixar de aplicar os dispositivos da Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Lucas Vergilio (SD-GO), pela aprovação, com emenda. Em 23/08/17.
- PL-5422/2016 RÔMULO GOUVEIA - Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para estabelecer que o usuário tem direito a obter o serviço no imóvel que ocupe legalmente, independentemente da situação do ocupante anterior perante a concessionária ou permissionária de serviços públicos.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer da Relatora, Dep. Gorete Pereira (PR-CE), pela aprovação. Em 23/08/17.
- PL-6363/2016 GLAUBER BRAGA - Altera o art. 6º da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, que dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo federal, para instituir regras especiais aplicáveis aos ex-ocupantes de cargos de direção e de funções comissionadas gerenciais no Banco Central do Brasil.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. André Figueiredo (PDT-CE), pela aprovação deste, com emenda, e pela rejeição do Projeto de Lei 7566/17, apensado. Em 23/08/17.
- PL-6461/2016 CELSO PANSERA - Altera as Leis nº 8.010, de 29 de março de 1990, 8.934, de 18 de novembro de 1994, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, 10.973, de 2 de dezembro de 2004, e 13.019, de 31 de julho de 2014, para instituir medidas de desburocratização no segmento de Ciência, Tecnologia e Inovação.

- Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. André Figueiredo (PDT-CE), pela aprovação. Em 23/08/17.
- PLP-381/2017 SENADO FEDERAL - CÁSSIO CUNHA LIMA - Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para regulamentar a transição administrativa dos Poderes Executivos.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Felipe Bornier (PROS-RJ), pela aprovação deste e pela rejeição do Projeto de Lei Complementar nº 263/2016, apensado. Em 23/08/17.
- PL-4536/2012 WELLINGTON FAGUNDES - Dispõe sobre a instituição de incentivo fiscal para a implantação de coletores ou painéis solares para aquecimento de água em edificações públicas e privadas, e sobre a obrigatoriedade de implantação de coletores ou painéis solares para aquecimento de água em edificações pertencentes à Administração Pública Federal.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Benjamin Maranhão (SD-PB), pela aprovação deste e dos Projetos de Lei nºs 7.442/14, 161/15, 420/15, 636/15, 3.803/15, 4.133/15, 5.181/16, 5.613/16 e 6.677/16, apensados, com substitutivo. Em 30/08/17.
- PL-7463/2014 MENDONÇA FILHO - Altera a Lei nº 12.793, 2 de abril de 2013, que dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO e dá outras providências.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Lucas Vergílio (SD-GO), pela aprovação. Em 30/08/17.
- PL-1259/2015 ALBERTO FRAGA - Altera os arts. 67, 70, 78 e 123 do Estatuto dos Bombeiros Militares do Corpo de Bombeiro Militar do Distrito Federal, de que trata a Lei nº 7479, de 02 junho de 1986; acrescenta o art. 69-A a este e altera o art. 29 da Lei de Promoção dos Oficiais da CBMDF, de que trata a Lei 6.302, de dezembro de 1975.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Rôney Nemer (PP-DF), pela aprovação deste, do PL 3265/15, apensado nos termos do Substitutivo adotado da CSPCCO. Em 30/08/17.
- PL-1647/2015 SUBTENENTE GONZAGA - Acresce parágrafo único ao artigo 32 da Lei nº 7.479, de 02 de junho de 1986, que dispõe sobre o Estatuto dos Bombeiros-Militares do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Roney Nemer (PMDB-DF), pela aprovação. Em 30/08/17.
- PL-2460/2015 PODER EXECUTIVO - Autoriza o Poder Executivo a desapropriar, em favor do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, o imóvel que especifica, de propriedade do Município de Carmo do Rio Claro, Estado de Minas Gerais.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer da Relatora, Dep. Gorete Pereira (PR-CE), pela aprovação. Em 30/08/17.
- PL-2461/2015 PODER EXECUTIVO - Autoriza o Poder Executivo, por intermédio do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, a desapropriar o imóvel que especifica, de propriedade do Município de Ilícinea, Estado de Minas Gerais.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer da Relatora, Dep. Gorete Pereira (PR-CE), pela aprovação. Em 30/08/17.
- PL-4124/2015 MARCELO BELINATI - Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação de valores arrecadados a título de inscrição em concursos, e dá outras providências.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Wolney Queiroz (PDT-PE), pela aprovação deste e pela rejeição do Projeto de Lei nº 5.486/16, apensado. Em 30/08/17.
- PL-4271/2016 JOÃO DERLY - Regulamenta o § 3º do art. 216-A da Constituição Federal, para dispor sobre o Sistema Nacional de Cultura.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Benjamin Maranhão (SD-PB), pela aprovação. Em 30/08/17.
- PL-4373/2016 WADIH DAMOUS - Cria a Lei de Responsabilidade Político-Criminal.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Orlando Silva, pela aprovação. Em 30/08/17.
- PL-7064/2017 SENADO FEDERAL - ARMANDO MONTEIRO - Racionaliza e simplifica atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Jorge Côrte Real (PTB-PE), pela aprovação deste, e do PL 2615/2015, apensado, com substitutivo, e pela rejeição do PL 7685/2017, apensado. Em 30/08/17.
- PL-383/2011 ROBERTO DE LUCENA - Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Daniel Almeida (PCdoB-BA), pela aprovação, com emenda. Em 05/09/17.
- PL-2018/2011 INOCÊNCIO OLIVEIRA - Dispõe sobre a vedação da cobrança de mais de uma anuidade aos inscritos nos Conselhos Regionais de Medicina.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Lucas Vergílio (SD-GO), pela aprovação deste, e do PL 3545/12, apensado, com substitutivo. Em 05/09/17.
- PL-462/2015 PADRE JOÃO - Acrescenta parágrafo ao artigo 23 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Leonardo Monteiro (PT-MG), pela aprovação. Em 05/09/17.

PL-712/2015 ALBERTO FRAGA - Altera a Lei nº. 7.289/1984 e a Lei nº. 7.479/1986, autorizando a concessão de licença para tratar de interesse particular aos policiais e bombeiros militares do Distrito Federal, com mais de três anos de serviço, para frequentarem cursos de formação, em decorrência de aprovação em concurso público.

Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Roney Nemer (PMDB-DF), pela aprovação. Em 05/09/17.

PL-3157/2015 MARIANA CARVALHO - Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, estabelecendo multa a ser paga aos usuários pelos concessionários de serviços de energia elétrica.

Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Felipe Bornier (PROS-RJ), pela aprovação deste e do PL 4284/16 apensado, com substitutivo. Em 05/09/17.

PL-283/2015 NILSON LEITÃO - Dispõe sobre a jornada de trabalho do Fonoaudiólogo.

Aprovado por Unanimidade o Parecer da Relatora, Dep. Erika Kokay (PT-DF), pela aprovação. Em 13/09/17.

PL-2760/2015 BETO ROSADO - Altera a redação do artigo 18 da lei de LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

Aprovado o Parecer do Relator, Dep. Leonardo Monteiro (PT-MG), pela aprovação deste, contra o voto do Deputado Erika Kokay. Em 13/09/17.

PL-4389/2016 WILSON FILHO - Autoriza o Poder Executivo a criar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão da Paraíba - IFSPB, por desmembramento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFPB.

Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Alex Canziani (PTB-PR), pela aprovação. Em 13/09/17.

PL-5167/2016 CABO SABINO - Dispõe sobre o exercício das profissões de Vistoriador e Regulador de Seguros de Automóveis.

Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Rôney Nemer (PP-DF), pela aprovação deste, das emendas nºs 1, 2, 4, 5 e 6, apresentadas na Comissão, com substitutivo, e pela rejeição das emendas 3 e 7, apresentadas na Comissão. Em 13/09/17.

PL-5379/2016 WILSON FILHO - Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Rural Federal da Paraíba (URFPB), no município de Areia, PB, mediante transformação e utilizando a infraestrutura do Centro de Ciência Agrárias da Universidade Federal da Paraíba.

Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Jorge Côrte Real (PTB-PE), pela aprovação. Em 13/09/17.

PL-4723/2016 RÔMULO GOUVEIA - Obriga as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica a disponibilizarem orientações aos consumidores sobre riscos da rede elétrica.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, do Relator, Dep. Felipe Bornier (PROS-RJ), com Complementação de Voto, pela aprovação deste e da Emenda adotada pela Comissão de Defesa do Consumidor. Em 20/09/17.

PL-4887/2016 CABO DACIOLO - Estabelece as condições para o exercício da atividade de Guarda-Vidas, dispõe sobre a carga horária máxima de serviço, grau de escolaridade e estabelece o adicional de insalubridade em caso de exposição excessiva ao sol.

Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Felipe Bornier (PROS-RJ), pela aprovação, com substitutivo. Em 20/09/17.

PL-7322/2017 DANIEL COELHO - Altera a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem, e dá outras providências, para possibilitar o exercício da profissão de Auxiliar de Enfermagem pelo Técnico em Enfermagem sem cobrança em duplicidade da anuidade,

Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Cabo Sabino (PR-CE), pela aprovação. Em 20/09/17.

PL-3883/2015 VICENTINHO - Regulamenta o art. 7º inciso X da Constituição Federal, tipificando como crime a conduta do chefe da Administração Pública dos entes políticos da federação que não cumpre a contraprestação do Pacto Laboral efetuado com seus Agentes Públicos no mês devido, estabelecendo a conduta e a respectiva penalidade a ser aplicada, inserindo o inciso VIII no art. 11 e o art. 19 na lei 8.429/92, renumerando-se os demais e dá outras providências.

Aprovado por Unanimidade o Parecer da Relatora, Dep. Erika Kokay (PT-DF), pela aprovação deste, e do PL 7811/2017, apensado, com substitutivo. Em 27/09/17.

PL-5031/2016 BALEIA ROSSI - Dispõe sobre a inclusão do inciso VII ao art. 55 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991

Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Daniel Almeida (PCdoB-BA), pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 5692/2016, apensado. Em 27/09/17.

PL-6618/2016 PEDRO CUNHA LIMA - Autoriza o Poder Executivo a criar o Instituto Federal de Educação, Ciência e

Tecnologia da Borborema da Paraíba - IFBPB, por desmembramento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFPB.

Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Felipe Bornier (PROS-RJ), pela aprovação. Em 27/09/17.

PL-6788/2017 PODER EXECUTIVO - Dispõe sobre o cargo de Analista em Tecnologia da Informação da Carreira de Tecnologia da Informação, cria o Plano Especial de Cargos de Apoio da Advocacia-Geral da União, estrutura a Carreira de Suporte às Atividades Tributárias e Aduaneiras da Secretaria da Receita Federal do Brasil, e dá outras providências.

Aprovado por Unanimidade o Parecer Dep. Assis Melo (PCdoB-RS), Pela Aprovação do Projeto de Lei e das emendas oferecidas a ele na CTASP, de nºs 2, 3, 4, 5, 7, 8, 13, 15, 18, 19, 21, 25, 28, 29, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 47, 48, 49, 50, 52, 53 e 55, pela aprovação parcial das emendas oferecidas ao Projeto de Lei também na CTASP, de nºs 16, 17, 20, 22, 23, 24, 27, 30, 31, 44 e 54, pela aprovação integral das emendas oferecidas ao primeiro substitutivo, na CTASP, de nºs 2, 5, 6 e 11 e pela aprovação parcial das Emendas oferecidas ao Primeiro Substitutivo também na CTASP, de nºs 3, 7, 8, 9, 10 e 12, na forma de novo substitutivo, rejeitando-se as demais emendas oferecidas no âmbito desta Comissão, com Complementação de Voto. Apresentou voto em separado a Deputada Gorete Pereira. Em 27/09/17.

PL-6875/2013 ADEMIR CAMILO - Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de operador de telemarketing.

Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Assis Melo (PCdoB-RS), pela aprovação deste, dos Projetos de Lei nºs 132/15 e 431/15, apensados, com Substitutivo, e pela rejeição do Projeto de Lei nº 5.709/16, apensado. Em 04/10/17.

PL-1290/2015 RONALDO CARLETTO - Altera as Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, para acrescentar o catador de marisco na definição de pescador artesanal.

Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Leonardo Monteiro (PT-MG), pela aprovação. Em 04/10/17.

PL-5173/2016 KAIO MANIÇOBA - Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Sertão, no Município de Serra Talhada, no Estado de Pernambuco.

Aprovado por Unanimidade o Parecer da Relatora, Dep. Flávia Morais (PDT-GO), pela aprovação. Em 04/10/17.

PL-5304/2016 RONALDO MARTINS - Altera a Lei nº. 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), para permitir o saque do saldo quando a mulher trabalhadora estiver em situação de violência doméstica, na forma que indica.

Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Roberto de Lucena (PV-SP), pela aprovação deste e do Substitutivo adotado pela CMULHER, com Subemendas. Em 04/10/17.

PL-5345/2016 LAUDIVIO CARVALHO - Acrescenta à Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, dispositivo que estimula a participação das mulheres e jovens que residem em assentamentos da reforma agrária em cursos oferecidos por intermédio da Bolsa-Formação.

Aprovado por Unanimidade o Parecer da Relatora, Dep. Erika Kokay (PT-DF), pela aprovação, com emenda. Em 04/10/17.

PL-6285/2016 AUGUSTO CARVALHO - Acrescenta o inciso III, no artigo 1º, da Lei 11.770 de 9 de setembro de 2008, que cria o Programa Empresa Cidadã, destinado a prorrogar a licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal e altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

Aprovado por Unanimidade o Parecer da Relatora, Dep. Flávia Morais (PDT-GO), pela aprovação. Em 04/10/17.

PL-6387/2016 CARLOS BEZERRA - Altera a Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, que "Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências", para facultar às empresas manter simultaneamente mais de um programa de distribuição de lucros e resultados.

Aprovado por Unanimidade o Parecer Vencedor do Dep. Assis Melo (PCdoB-RS), pela aprovação. O parecer do Relator, Dep. Leonardo Monteiro, passou a constituir Voto em Separado.

Em 04/10/17.

PL-7943/2017 PAULO PEREIRA DA SILVA - Estabelece normas gerais para licitação e contratação pela administração pública direta e indireta de serviços de organização de eventos por intermédio de empresas classificadas como organizadoras de eventos. (Estatuto de Contratação de Eventos).

Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Orlando Silva (PCdoB-SP), pela aprovação, com três emendas de relator. Em 04/10/17.

PL-5680/2013 GLAUBER BRAGA - Dispõe sobre a escolha dos membros dos Conselhos Federais e Regionais incumbidos da fiscalização do exercício profissional.

Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Bohn Gass (PT-RS), pela aprovação, com emenda. Em 18/10/17.

- PL-8204/2014 ERIKA KOKAY - Dispõe sobre indenização aos ocupantes de cargo de natureza especial e secretariado parlamentar da Câmara dos Deputados e dá outras providências.  
Aprovado por unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Leonardo Monteiro (PT-MG), pela aprovação. Em 18/10/17.
- PL-5741/2016 TONINHO PINHEIRO - Estabelece condições para as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica realizarem a remoção ou deslocamento de postes e redes de distribuição de energia elétrica quando solicitado por consumidor e dispõe sobre critérios para locação dessas estruturas.  
Aprovado o Parecer do Relator, Dep. Wolney Queiroz (PDT-PE), pela aprovação deste e da Emenda Adotada pela Comissão de Direito do Consumidor, com substitutivo. Em 18/10/17.
- PLP-300/2016 LEANDRE - Altera o art. 48-A da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para ampliar a transparência das finanças públicas.  
Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Felipe Bornier (PROS-RJ), pela aprovação. Em 18/10/17.
- PL-6088/2016 PODER EXECUTIVO - Altera a Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, para permitir que planos de benefícios estaduais, distritais e municipais possam ser administrados pela Funpresp-Exe, e a Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, para tratar sobre a emissão de Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP.  
Aprovado por Unanimidade o Parecer com Complementação de Voto, Dep. Daniel Vilela (PMDB-GO), pela aprovação, com emendas. Em 18/10/17.
- PL-632/2015 ALBERTO FRAGA - Altera a Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, modificada pela Lei nº 7.475, de 13 de maio de 1986 (Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Distrito Federal), e a Lei nº 7.479, de 2 de junho de 1986 (Estatuto do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal), modificando o tempo de serviço prestado pelos militares femininos do Distrito Federal.  
Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Roney Nemer (PMDB-DF), pela aprovação, com substitutivo. Em 08/11/17.
- PL-4105/2015 MARCELO BELINATI - Acrescenta o Art.9º-A a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para determinar a reserva de vagas gratuitas nos cursos técnicos de formação inicial e continuada, oferecidos pelos Serviços Nacionais de aprendizagem, para mulheres em situação de violência doméstica e familiar.  
Aprovado por Unanimidade o Parecer da Relatora, Dep. Flávia Moraes (PDT-GO), pela aprovação, com emenda. Em 08/11/17.
- PL-5707/2016 PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA - Dispõe sobre a estrutura organizacional e o quadro de pessoal do Conselho Nacional do Ministério Público e dá outras providências.  
Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Lelo Coimbra (PMDB-ES), pela aprovação. Em 08/11/17.
- PL-5765/2016 IRACEMA PORTELLA - Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para exigir a reserva de percentual da mão de obra destinada ao cumprimento de contratos celebrados com a Administração Pública a estudantes universitários e estudantes de cursos técnicos profissionalizantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.  
Aprovado o Parecer do Relator, Dep. Felipe Bornier (PROS-RJ), pela aprovação, com emenda. contra os votos dos Deputados Jorge Côrte Real e Augusto Coutinho. Em 08/11/17.
- PL-7825/2017 RICARDO IZAR - Dispõe sobre o contrato de parceria entre os profissionais que exercem as atividades de esteticista e pessoas jurídicas registradas como clínicas de estética.  
Aprovado por Unanimidade o Parecer Complementar da Dep. Gorete Pereira (PR-CE), pela aprovação. Em 08/11/17.
- PL-7979/2017 COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - Acrescenta parágrafo ao art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estender aos dirigentes e representantes de associações de trabalhadores, quando no exercício da defesa dos interesses de sua categoria, as garantias dadas aos dirigentes sindicais.  
Aprovado o Parecer do Relator, Dep. Daniel Almeida (PCdoB-BA), pela aprovação. Contra o voto do Deputado Jorge Côrte Real. Em 08/11/17.
- PL-8133/2017 SENADO FEDERAL - JOSÉ AGRIPINO - Altera a Lei nº 5.648, de 11 de dezembro de 1970, que "cria o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e dá outras providências", para determinar que os recursos oriundos dos serviços realizados pelo INPI sejam reinvestidos no próprio Instituto.  
Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. André Figueiredo (PDT-CE), pela aprovação, com emenda. Em 08/11/17.
- PDC-791/2017 ALESSANDRO MOLON - Susta os efeitos da Portaria MTB nº 1129 de 13/10/2017, que "Dispõe sobre os conceitos de trabalho forçado, jornada exaustiva e condições análogas à de escravo para fins de concessão de seguro-desemprego ao trabalhador que vier a ser resgatado em fiscalização do Ministério do Trabalho, nos termos do artigo 2-C da Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990; bem como altera dispositivos da PI MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016."

Aprovado por Unanimidade o Parecer Complementar do Relator, Dep. Orlando Silva (PCdoB-SP), pela aprovação deste e dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 792/17, 793/17, 794/17, 795/17, 797/17, 798/17, 799/17, 800/17, 801/17, 802/17, 803/17, 804/17, 805/17, 806/17, 807/17, 808/17, 809/17, 811/17, 816/17 e 818/17, apensados, na forma do Substitutivo anexo. Em 08/11/17.

PL-1025/2011 ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Dispõe sobre o exercício da profissão de Físico e dá outras providências.

Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Mauro Nazif (PSB-RO), pela aprovação. Em 22/11/17.

PL-1025/2011 ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Dispõe sobre o exercício da profissão de Físico e dá outras providências.

Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Wolney Queiroz, pela aprovação deste, e da Emenda do Senado Federal ao PL nº 1025/2011 MESA, apensado. Em 22/11/17.

PL-2664/2011 ARNALDO JARDIM - Regulamenta o exercício da profissão de Gestor Ambiental.

Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Felipe Bornier (PROS-RJ), pela aprovação deste e do Substitutivo adotado na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Social, e pela rejeição da emenda adotada pela Comissão de Educação. Em 22/11/17.

PL-7276/2014 MARCO MAIA - Dispõe sobre regulamentação da profissão de Guarda-parque, e dá outras providências.

Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Orlando Silva (PCdoB-SP), pela aprovação deste, e pela aprovação das emendas de relator e pelas emendas adotadas da Comissão de Seguridade Social e Família e das emendas de relator e pelas emendas adotadas e da subemenda, todas da Comissão de Educação, com emendas. Em 22/11/17.

PL-7743/2014 ANTONIO IMBASSAHY - Dispõe sobre a política de valorização do piso salarial profissional nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias.

Aprovado por Unanimidade o Parecer Vencedor do Dep. Daniel Almeida (PCdoB-BA), pela aprovação deste e pela rejeição do PL 2507/2015, apensado. O parecer da Relatora Substituta, Dep. Érika Kokay, passou a constituir Voto em Separado. Em 22/11/17.

PL-1621/2015 WALTER ALVES - Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para promover medidas de proteção e prevenção do tétano para trabalhadores da construção civil, da agricultura e do processamento de resíduos sólidos.

Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Wolney Queiroz (PDT-PE), pela aprovação deste, nos termos do Substitutivo adotado pela Comissão de Seguridade Social e Família. Em 22/11/17.

PL-5256/2016 WALTER ALVES - Regulamenta a profissão de bugueiro turístico e dá outras providências.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, com Complementação de Voto, Relator, Dep. Rôney Nemer (PP-DF), pela aprovação, com emenda. Em 22/11/17.

PL-5660/2016 SENADO FEDERAL - ACIR GURGACZ - Acrescenta art. 17-A à Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para proibir a exigência de experiência prévia para a seleção de estagiário.

Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Lelo Coimbra (PMDB-ES), pela aprovação. Em 22/11/17.

PLP-308/2016 CARLOS BEZERRA - Acrescenta parágrafo único ao art. 20 da Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, para dispor sobre a manutenção do contrato de trabalho do empregado doméstico em caso de acidente do trabalho.

Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Orlando Silva (PCdoB-SP), pela aprovação. Em 22/11/17.

PL-6074/2016 LAERCIO OLIVEIRA - Inclui o § 8º no art. 168 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre exame médico demissional.

Aprovado por Unanimidade o Parecer da Relatora, Dep. Jô Moraes (PCdoB-MG), pela aprovação, com substitutivo. Em 22/11/17.

PL-6522/2016 RÔMULO GOUVEIA - Acrescenta art. 1º-A à Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983, que "dispõe sobre prova documental nos casos que indica e dá outras providências", para fins de obrigar concessionárias de serviços públicos a incluir na fatura o nome de residentes no mesmo domicílio.

Aprovado por Unanimidade o Parecer da Relatora, Dep. Gorete Pereira (PR-CE), pela aprovação. Em 22/11/17.

PL-527/2015 CÉSAR HALUM - Dispõe sobre a instalação de equipamento eliminador de ar na tubulação do sistema de abastecimento de água.

Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator Substituto, Dep. Lucas Vergilio (SD-GO), pela aprovação. Em 29/11/17.

PL-1260/2015 ALBERTO FRAGA - Dispõe sobre a regulamentação da profissão de cabeleireiro e maquiador.

Aprovado por Unanimidade o Parecer da Relatora Substituta, Dep. Flávia Moraes (PDT-GO), pela aprovação. Em 29/11/17.

- PL-2931/2015 JOSÉ GUIMARÃES - Dispõe sobre a implantação de Campus Avançado da Universidade Federal do Cariri - UFCA e dá outras providências
- Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator Substituto, Dep. Cabo Sabino (PR-CE), pela aprovação. Em 29/11/17.
- PL-3046/2015 SENADO FEDERAL - PAULO PAIM - Altera o art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para estabelecer a obrigatoriedade de a administração pública divulgar os nomes, currículos, endereços, telefones e endereços eletrônicos de seus dirigentes.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator Substituto, Dep. Assis Melo (PCdoB-RS), com Complementação de Voto, pela aprovação. Em 29/11/17.
- PL-3613/2015 PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Autoriza o Poder Executivo a criar campus nos municípios de Guaraí, Miracema do Tocantins, Palmeirópolis, Taguatinga e Xambioá, no Estado do Tocantins, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (Instituto Federal) do Tocantins.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer da Relatora, Dep. Flávia Moraes (PDT-GO), pela aprovação. Em 29/11/17.
- PL-7042/2017 NELSON PELLEGRINO - Dispõe sobre o piso salarial dos vigilantes.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Assis Melo (PCdoB-RS), pela aprovação. Em 29/11/17.
- PL-7614/2017 SENADO FEDERAL - CRISTOVAM BUARQUE - Destina ao Fundo Social, criado pela Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, os recursos públicos desviados por corrupção.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer da Relatora, Dep. Flávia Moraes (PDT-GO), pela aprovação, com substitutivo. Em 29/11/17.
- PL-7946/2017 ROBERTO DE LUCENA - Acrescenta artigo à Lei nº 4.503, de 30 de novembro de 1964, para determinar a cassação da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) de empresas que façam uso direto ou indireto de trabalho escravo.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Assis Melo (PCdoB-RS), pela aprovação, com Complementação de Voto. Em 29/11/17.
- PDC-746/2017 COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL - Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre um Programa de Férias-Trabalho, assinado em Brasília, em 13 de fevereiro de 2015.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. André Figueiredo (PDT-CE), pela aprovação. Em 29/11/17.
- PDC-766/2017 COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL - Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Finlândia sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, celebrado em Brasília, em 1º de dezembro de 2015.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. André Figueiredo (PDT-CE), pela aprovação. Em 29/11/17.
- PL-2354/2011 ROBERTO DE LUCENA - Altera inciso III do art. 2º da Lei nº 10.779 de 25 de novembro de 2003 que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Daniel Almeida (PCdoB-BA), pela aprovação, com substitutivo. Em 06/12/17.
- PLP-8/2015 FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR - Estabelece as normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e Municípios, com relação à responsabilidade no fomento e gestão pública da cultura brasileira e organização do sistema nacional de cultura.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer, com Complementação de Voto, Dep. Leonardo Monteiro (PT-MG), pela aprovação, com emendas. Em 06/12/17.
- PL-583/2015 MAJOR OLIMPIO - Altera o art. 6º, do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer da Relatora, Dep. Erika Kokay (PT-DF), pela aprovação deste na forma do substitutivo da CSPCCO. Em 06/12/17.
- PL-2720/2015 ALBERTO FRAGA - Altera a Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, e a Lei nº 7.479, de 2 de junho de 1986, para autorizar a inclusão, no quadro de acesso para promoção, dos oficiais e praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal que estiverem sendo processados por crime militar ou comum, enquanto não sobrevier condenação penal transitada em julgado.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator Substituto, Dep. Bebeto (PSB-BA), pela aprovação, com substitutivo. Em 06/12/17.

- PL-4374/2016 CELSO JACOB - Inclui inciso V, no art. 2º da Lei nº 12.513 de 26 de outubro de 2011.  
Aprovado por Unanimidade o Parecer com Complementação de Voto, Dep. Felipe Bornier (PROS-RJ), pela aprovação deste, e do Substitutivo adotado pela Comissão 1 da CSSF. Em 06/12/17.
- PL-4955/2016 ERIKA KOKAY - Dispõe sobre o afastamento temporário das funções de agente público investigado por violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.  
Aprovado por Unanimidade o Parecer da Relatora, Dep. Flávia Moraes (PDT-GO), pela aprovação, com substitutivo. Em 06/12/17.
- PL-5909/2016 FÁBIO MITIDIERI - Estabelece medidas adicionais para a licitação de obras públicas decorrentes da execução de emendas parlamentares.  
Aprovado por Unanimidade o Parecer da Relatora, Dep. Flávia Moraes (PDT-GO), pela aprovação, com emenda. Em 06/12/17.
- PL-7686/2017 SENADO FEDERAL - ROMÁRIO - Regula o exercício da profissão de geofísico.  
Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Bebeto (PSB-BA), pela aprovação. Em 06/12/17.
- PL-7738/2017 ERIKA KOKAY - Dispõe sobre a revisão de contas emitidas por concessionárias de serviços públicos, nas hipóteses que especifica.  
Aprovado por Unanimidade o Parecer da Relatora, Dep. Flávia Moraes (PDT-GO), pela aprovação deste, e da Emenda Adotada pela Comissão de Defesa do Consumidor. Em 06/12/17.
- PL-7899/2017 RÔMULO GOUVEIA - Dispõe acerca da publicação, pelas concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, dos valores transferidos aos municípios pela cobrança, por meio das faturas de energia elétrica, da contribuição para custeio do serviço de iluminação pública.  
Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Wolney Queiroz (PDT-PE), pela aprovação. Em 06/12/17.
- PL-1590/2015 EZEQUIEL FONSECA - Altera a Lei n.º 1079 de 10 de Abril de 1950, que "Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento" para incluir entre os Crimes Contra o Livre Exercício dos Poderes Constitucionais, a desídia em expedir atos regulamentadores necessários para execução das Leis.  
Aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Augusto Coutinho (SD-PE), pela aprovação, com substitutivo. Em 13/12/17.
- PLP-428/2017 BEBETO - Altera a Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, que "Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga o inciso I do art. 3º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, o art. 36 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, e o inciso VII do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro 1995; e dá outras providências", para estender ao trabalhador doméstico o direito à percepção do abono salarial, de que tratam o § 3º do art. 239 da Constituição Federal e o art. 9º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990.  
Aprovado por Unanimidade o Parecer da Relatora, Dep. Jô Moraes (PCdoB-MG), pela aprovação. Em 13/12/17.



**CTASP**



**2017**

**RELATÓRIO DE  
ATIVIDADES 2017**

**detalhamento de atividades**

55ª LEGISLATIVA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA

**dados estatísticos**

PRESIDENTE: DEPUTADO ORLANDO SILVA  
PCdoB/SP

REALIZAÇÃO  
Comissão de  
Trabalho, de Administração  
e Serviço Público



**projetos aprovados**

**acesse o documento na página da CTASP**

**[bit.ly/ctasp2017](http://bit.ly/ctasp2017)**

Comissão de  
Trabalho, de Administração  
e Serviço Público



**CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**



# R\$ 520 Milhões

em Emendas

formação e qualificação

economia solidária

seguro desemprego

estudos para formação de trabalho e renda

Comissão de  
Trabalho, de Administração  
e Serviço Público

